



SEDE DE MAPUTO

Aviso para a adjudicação da iniciativa: “Deficiência: Educação, Emprego e Tecnologias da Informação e Comunicação – AID 11460” a organizações e a sujeitos inscritos na lista a que se refere o ponto 3 do art. 26 da Lei 125/2014

Moçambique

ANEXOS

- A1. Modelo Proposta executiva
- A2. Modelo Plano financeiro
- A3a. Modelo Declaração substitutiva de certificação
- A3b. Modelo de Declaração de capacidade técnica
- A4. Modelo Grelha de avaliação
- A5a. Modelo Comunicação dados anti máfia
- A5b. Esquema controlos anti máfia
- A6. Modelo Garantia fidejussória adiantamento
- A7. Modelo de Contrato
- A8. Modelo Declaração de exclusividade
- A9. Modelo Relatório intermédio e final
- A10. Manual de Gestão e prestação de contas
- A11a. Modelo de Prestação de contas
- A11b. Esclarecimentos à da prestação de contas
- A12. Modelo de Plano Operacional
- A.13a. Modelo de Quadro Lógico
- A13b. Modelo de Plano de Monitoria e Avaliação

Maputo, aos 11 de Maio de 2018

ÍNDICE

ANEXOS	1
ACRÓNIMOS.....	4
SUMÁRIO DA INICIATIVA	6
1. SUJEITO REQUERENTE	7
2. AUTORIDADE CONTRAENTE	7
3. LÍNGUA OFICIAL	7
4. TÍTULO DA INICIATIVA	7
5. DESCRIÇÃO DO PROJECTO.....	7
5.1. Introdução e apresentação.....	7
5.2 ConteXto.....	8
5.3 Estratégia dA intervenção	10
5.4 Localização da intervenção.....	12
5.5 estrutura da intervenção	14
5.6 Sistema de controlo de gestão e de monitoria	21
5.7 Temáticas transversais.....	21
5.8 Responsabilidades executivas e relações com os stakeholder.....	22
5.9 Condições externas e riscos.....	23
5.10 Duração.....	23
6. VALOR MÁXIMO DO PROJECTO.....	23
7. PRAZOS E MODALIDADES PARA APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS EXECUTIVAS.....	23
8. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DOS PARTICIPANTES E DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA	24
9. REQUISITOS DE CAPACIDADE TÉCNICA EXIGIDOS.....	26
10. CAPACIDADE DE OPERAR NO LOCAL	26
11. PARCERIAS	26
12. DOCUMENTAÇÃO A APRESENTAR COM A PROPOSTA EXECUTIVA.....	27
13. CAUSAS DE EXCLUSÃO	28
14. MODALIDADE DE PEDIDO DE INFORMAÇÕES E DE ESCLARECIMENTOS.....	28
15. TUTELA DA PRIVACIDADE	28
16. SELECÇÃO, CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS	29
17. CELEBRAÇÃO DO CONTRATO	30
18. DOCUMENTAÇÃO A APRESENTAR ANTES DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.....	30
19. REALIZAÇÃO DA INICIATIVA.....	31
20. ELIGIBILIDADE DAS DESPESAS	34

Concurso público para a adjudicação da iniciativa:
“Deficiência: Educação, Emprego e Tecnologias da Informação e da Comunicação – AID 11460”

21. APRESENTAÇÃO DAS DESPESAS	36
22. DISPOSIÇÕES FINAIS	37

ACRÓNIMOS

Para efeitos do presente concurso considera-se:

ACAMO: Associação dos Cegos e Amblíopes de Moçambique.

ADEMO: Associação dos Deficientes de Moçambique.

AICS: Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento.

APcD: Associação de Pessoas com Deficiência.

ASUMO: Associação dos Surdos de Moçambique.

Consórcio (ATS no texto italiano): Associação Temporária de Escopo, que compreende uma OSC Responsável e mandatária do Consórcio, e uma ou mais OSC co-executoras e mandatárias do Consórcio. Todas as OSC do Consórcio devem estar inscritas no elenco das organizações da sociedade civil e outros sujeitos sem fins lucrativos em conformidade com o ponto 3, do artigo 26, da Lei 125/2014.

Responsável: OSC inscrita no Elenco mandatário do Consórcio.

Co-executor: OSC inscrita no Elenco membro e mandante do Consórcio.

Convenção ou UNCRPD: Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência / United Nations Convention for the Rights of People with Disabilities

Elenco: elenco das organizações da sociedade civil e outros sujeitos sem fins lucrativos a que se refere o ponto 3 do artigo 26, da Lei 125/2014.

Entidade executora: Responsável do Consórcio ou sujeito proponente.

FAMOD: Fórum das Associações Moçambicanas dos Deficientes.

GMS: Grupo Multi-Stakeholder

IFPELAC: Instituto de Formação Profissional e Estudos Laborais Alberto Cassimo.

Iniciativa: “Deficiência: Formação, Emprego, Tecnologias da Informação e da Comunicação-AID 11460”, aprovada pelo Director da Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento com Deliberação nº 108 do dia 27 de Dezembro 2017. O programa prevê, para a realização da iniciativa, o recurso à adjudicação a OSC.

Lei: Lei nº 125 de 11 de Agosto 2017, “Disciplina geral sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento”.

Linhas Guias: Linhas Guias para as deficiência e inclusão social nas iniciativas de cooperação ao desenvolvimento, 2018

OSC: organizações da sociedade civil e outros sujeitos sem fins lucrativos.

ODS: Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

Partes: a Sede competente AICS, a Entidade executora e os eventuais co-executores.

Parceiro: OSC pertencentes a um País membro da OCDE ou incluído na lista OCDE-DAC dos Países *ODA Recipients*, Instituições públicas pertencentes a um País membro da OCDE ou inseridas na lista OCDE-DAC dos Países *ODA Recipients* e Organismos Internacionais com quem a Entidade executora estipula um acordo de parceria para a realização de uma parte das actividades objecto da iniciativa.

PRAG: *Procurement and Grants for European Union external actions – A Practical Guide.*

Proposta executiva: proposta de realização do projecto apresentado pela Entidade executora.

Proposta executiva conjunta: proposta de realização do projecto apresentada conjuntamente com o Consórcio por dois ou mais OSC inscritas no Elenco.

Sujeito requerente do Programa: a autoridade governamental local que formalmente solicitou o Programa com base nos acordos de cooperação entre a Itália e o País parceiro.

Estatuto: Decreto do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional nº 113 de 22 de Julho de 2015. Regulamento contendo o “Estatuto da Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento”.

TIC: Tecnologias da Informação e da Comunicação

A Sede AICS de Maputo, responsável pela publicação do anúncio para a adjudicação, será também responsável pelo procedimento de avaliação, pela assinatura do contrato e pelo controlo da execução nos termos da deliberação do Comité Conjunto nº 50/2018.

SUMÁRIO DA INICIATIVA

O presente concurso é destinado à identificação da Entidade executora de um projecto que faz parte da iniciativa de duração bienal a realizar em Moçambique denominada: “Deficiência: Educação, Emprego e Tecnologia da Informação e da Comunicação”.

A chamada por propostas foi redigida em conformidade com o documento “Condições e modalidades para a adjudicação de iniciativas de cooperação ao desenvolvimento a organizações da sociedade civil e outros sujeitos sem fins lucrativos inscritos no elenco a que se refere o Artigo 26, ponto 3, da Lei 125/2014”, aprovado pelo Comité Conjunto com deliberação nº 50/2018, que disciplina os procedimentos comparativos públicos para a adjudicação de iniciativas de cooperação ao desenvolvimento formuladas pela AICS às Organizações da sociedade civil e a outros sujeitos sem fins lucrativos inscritos no Elenco, nos termos do art. 26, ponto 4, da Lei e do art. 19 do Estatuto, em linha com a normativa vigente e com os princípios estabelecidos pela União Europeia para os GRANT no âmbito do “*Procurement and Grants for European Union External Actions*” (PRAG).

O custo total da iniciativa é de 1.000.000 € dos quais 40.000 € para a gestão in loco, 70.000 € como Fundo de Assitencia Tecnica e 890.000€ a adjudicar à OSC/ATS segundo a seguinte repartição indicativa do Fundo:

Título	Montante máximo admissível em €
“Deficiência: Educação, Emprego e Tecnologias da Informação e da Comunicação”.	890.000,00
R1. Melhorada a capacidade de definição, actuação e monitoria de políticas e programas inclusivos das pessoas com deficiência por parte das instituições nacionais e locais, em linha com quanto previsto pela UNCRPD	170.000 (indicativo)
R2. Reforçadas as capacidade e competências das APcD para uma efectiva participação das pessoas com deficiência na vida económica e social e nos processos de decisão que lhes dizem respeito	200.000 (indicativo)
R3. Realizadas actividades inclusivas no sector da educação e do Emprego através de parcerias estratégicas entre actores italianos e moçambicanos que se servem de tecnologias acessíveis	420.000 (indicativo)
Fundo rotativo	100.000
Total	890.000

A Sede de Maputo da AICS reserva-se o direito de não atribuir todos ou parte dos fundos indicados no presente Aviso no caso em que todas ou parte das propostas de projecto recebidas sejam inadmissíveis ou não idóneas para o financiamento.

O presente Aviso é publicado no website da AICS na secção “Oportunidades- Concursos no profit” (<https://www.aics.gov.it/home-ita/opportunita/spazio-osc/bandi-no-profit-sviluppo-estero/>) e no website da Sede AICS de Maputo (<http://www.aicsmaputo.org/bandi/>).

1. SUJEITO REQUERENTE

A iniciativa teve origem num pedido do Instituto para a Formação Profissional e os Estudos Laborais Alberto Cassimo (IFPELAC), instituição tutelada pelo Ministério do Emprego, Emprego e Segurança Social (MITESS) do Governo de Moçambique.

2. AUTORIDADE CONTRAENTE

A Autoridades contraente é a Sede AICS de Maputo; o Responsável do Procedimento é o Titular da Sede de Maputo.

3. LÍNGUA OFICIAL

A língua oficial do procedimento comparativo é a língua italiana.

4. TÍTULO DA INICIATIVA

“Deficiência: Educação, Emprego e Tecnologias da Informação e da Comunicação - AID 11460”.

5. DESCRIÇÃO DO PROJECTO

5.1. Introdução e apresentação

Em data 27 de Dezembro de 2017 o Director da Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento aprovou com Deliberação nº 108, um financiamento de 1.000.000€ para a realização da iniciativa “Deficiência: Educação, Emprego, Tecnologias da Informação e da Comunicação – AID 11460”. A iniciativa destina-se a promover os direitos das pessoas com deficiência em Moçambique, em linha com quanto previsto pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (UNCRPD), com particular atenção ao acesso de rapazes, raparigas e mulheres com deficiência à formação profissional e ao Emprego através das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

Para a realização da iniciativa é previsto o recurso à adjudicação a OSC e sujeitos inscritos no elenco a que se refere o ponto 3 do art. 26 da Lei 125/2014, por um valor global de 890.000€. Para além da componente em adjudicação à OSC prevê-se uma componente em gestão directa com um fundo de 40.000€ gerido pela Sede AICS de Maputo para acções destinadas à visibilidade, reconhecimento e monitoria da iniciativa e um de 70.000€ para colocar à disposição especialistas para actividades de assistência técnica.

O projecto constitui a continuação natural e o aprofundamento de uma série de actividades promovidas em anos recentes pela Cooperação Italiana a fim de melhorar as condições de vida das pessoas com deficiência, em linha com quanto previsto pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. A intervenção tem origem num pedido feito em nome do Governo de Moçambique pelo IFPELAC a fim de melhorar o acesso à formação profissional e ao emprego de jovens e mulheres com deficiência. O grupo target da intervenção serão, em particular, rapazes e raparigas entre os 15 e os 24 anos e mulheres com deficiência.

Para contribuir a colmar o *gap* existente entre a Convenção e a sua efectiva aplicação em Moçambique tutelando e promovendo o real exercício dos direitos, através deste projecto-piloto a AICS tenciona promover o exercício real dos direitos apoiando a realização de acções inovadoras e a definição de programas inclusivos de formação profissional e de acesso ao Emprego. Considerando as TIC como instrumento de inclusão económica e social, o projecto inclui acções de sensibilização, informação e desenvolvimento das capacidades institucionais a nível central e local destinadas a uma variedade de sujeitos públicos e privados, a actividades de acomodamento infra-estrutural, tecnológico e da oferta formativa em três Centros de Formação Profissional seleccionados (CFP de Malhazine na periferia de Maputo, da Beira no Centro do País e de Pemba no Norte).

Em colaboração com organizações das pessoas com deficiência (APcD) e em constante coordenação com as autoridades a nível central e local, serão divulgados os dispositivos legais vigentes e os standards internacionais para a inclusão económica e social das pessoas com deficiência, com particular atenção às boas práticas desenvolvidas em Itália nos sectores da educação inclusiva e das TIC habilitantes. A transferência de conhecimentos e de tecnologias e o acomodamento dos conteúdos

formativos oferecidos pelos três CFP seleccionados terá lugar a partir dos cursos de informática e serão, onde existam condições estendidos a outros cursos de formação, identificando acomodatamentos e instrumentos necessários para a inclusão. Serão ainda organizados serviços personalizados de orientação para o Emprego e criado um fundo rotativo para a concessão de pequenos financiamentos destinados ao início de actividades económicas.

O acesso gratuito à Internet através da abertura de pontos wi-fi nos CFP facilitará a aquisição de novas competências digitais, a identificação de percursos de reforma da oferta formativa e a produção e divulgação de conteúdos informativos em várias línguas e formatos. A gestão e difusão do conhecimento produzido pelo projecto terá lugar através de Plataformas digitais que, preservando a privacidade dos utentes, permitirão gerir o conhecimento relativo a beneficiários das actividades de formação e de apoio ao emprego, pô-los em rede e acompanhar a sua inserção social e laboral. As Plataformas digitais criadas para a monitoria da iniciativa poderão num segundo momento alimentar uma Plataforma *online* para a difusão de uma variedade de conteúdos informativos e formativos, podendo configurar-se como instrumento útil para a formação inclusiva à distância.

Identificando percursos de reforma das políticas e dos programas governamentais de formação profissional e de promoção do emprego, em particular através as TIC habilitantes, a iniciativa promove o *mainstreaming* da deficiência nas políticas sectoriais. Para obter os resultados previstos, em termos de definição e monitoria de políticas inclusivas, reforço das capacidades e competências das OSC este projecto-piloto prevê a criação de parcerias estratégicas com actores públicos e privados italianos, que possam garantir *expertise* e que não estão presentes no mercado local. Prevê-se também a criação de mecanismos de consulta e de diálogo entre actores de nível local e central interessados nas temáticas da deficiência e do acesso à formação profissional inclusiva, ao emprego e às TIC habilitantes. Serão criados mecanismos de comunicação para a valorização da diversidade e de diálogo entre APCD, autoridades competentes e sujeitos privados (Grupos Multi-Stakeholder - GMS). Será promovido o intercâmbio de boas práticas com as outras cooperações, em particular em âmbito UE, tanto em Moçambique como a nível regional e europeu.

5.2 Contexto

Os dados sobre deficiência apresentam muitas lacunas em Moçambique e de momento não são recolhidos por tipologia de desabilidade segundo as boas práticas internacionais definidas pelo “Grupo de Washington”. As estimas variam de 2% (Censo 2007) a 20% de uma população que segundo os resultados preliminares do Censo de 2017 amonta a 28.861.863 pessoas. Os principais indicadores económicos e sociais não são alimentados por um sistema institucionalizado de recolha de dados desagregados segundo quanto indicado pela Agenda 2030 (target 17.18).

Segundo os dados oficiais, em 2017 os CFP do IFPELAC formaram 16.152 pessoas das quais 164 com deficiência (111 homens e 53 mulheres): 57 na Zambézia, 46 na Provincial de Niassa, 37 na de Manica, 30 na cidade de Maputo e 1 na Província de Inhambane. Com cerca de 300.000 novos postos de Emprego por ano, entre 2013 e 2015 foram inseridas no mercado de Emprego 1.576 pessoas com deficiência em todo o País, perante uma previsão de 46.200. As infra-estruturas e os curricula inadequados, a falta de formadores qualificados e de apoios e o difícil acesso às TIC, em particular fora dos principais centros urbanos, impedem de facto o acesso das pessoas com deficiência à informação, à formação profissional e ao emprego. A persistência de atitudes e dispositivos discriminatórios, a falta de acesso ao crédito e às garantias bancárias, a programas de estágio profissionalizantes e a formas de comunicação adequada são identificadas como as principais dificuldades.

As dificuldades no acesso à formação e ao emprego agravam-se no caso de raparigas e mulheres com deficiência, em particular se provenientes de famílias pobres e/ou das zonas rurais do País onde ainda são mais marcadas as barreiras arquitectónicas, económico-financeiras, socioculturais e informativas. Tal como a existência de barreiras arquitectónicas torna impossível o acesso a escolas e edifícios públicos no caso das pessoas com deficiência motoras, no caso de pessoas com deficiência sensoriais ou mentais a ausência de tecnologias de assistência e de conteúdos publicados em línguas e formatos acessíveis representam obstáculos quase intransponíveis para o acesso à informação, à formação e ao Emprego.

Num País em que 64% da população tem menos de 24 anos e só cerca de 6% tem acesso estável à Internet, existe um forte *gap* nas oportunidades de acesso às TIC oferecidas a homens e mulheres, *gap* que se agrava no caso dos portadores de deficiência, ainda mais se forem raparigas e mulheres. Os resultados de um estudo recente indicam que nas zonas periurbanas de Maputo e Beira 44% dos rapazes entre os 15 e os 25 anos têm acesso regular a um computador, contra 21% das raparigas. Com um total de 18 milhões de *sim card* registadas em 2016 em todo o País, 78% dos rapazes residentes nas periferias urbanas de Maputo e Beira possuem um *smartphone*, contra 68% das raparigas.

Moçambique ratificou grande parte das Convenções internacionais e regionais de tutela dos Direitos Humanos, inclusive a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o seu Protocolo opcional. Se bem que a ratificação tenha tido lugar em 2010, até hoje o Governo de Moçambique não transmitiu ao Comité independente algum dos relatórios periódicos previstos para avaliar os progressos na actuação deste instrumento. Não foram, além disso reportados casos de comunicações ao Comité por parte de cidadãos ou grupos que reclamem terem sido vítimas em Moçambique de violação dos dispositivos da Convenção.

A Constituição da República de Moçambique consagra a igualdade dos direitos e proíbe todo o tipo de discriminação em relação às pessoas com deficiência. A Política Nacional da pessoa com deficiência (1999) tutela entre outros, o direito à integração na família e na comunidade, à reabilitação e aos meios de compensação, à educação formal, especial e profissional, ao emprego e à protecção social para todas as pessoas com deficiência. O segundo Plano Nacional Deficiência (PNAD II 2012-2019) identifica a orientação e a formação profissional, a educação, a alfabetização de jovens e adultos e o acesso ao emprego como áreas prioritárias de intervenção para a inclusão económica e social das pessoas com deficiência.

A Política do Emprego aprovada em 31 de Outubro de 2016 promove o tratamento diferenciado das pessoas com deficiência para lhes facilitar o acesso à educação, à formação e ao Emprego, a adaptação das instalações e a reconversão profissional das pessoas que contraíram a sua desabilidade como consequência de acidentes de Emprego. Não estão previstas quotas obrigatórias quanto à admissão de pessoas com deficiência, medida cuja introdução gradual na função pública tinha sido prevista a partir de 2009, mas a que não se seguiram acções concretas.

O Programa Quinquenal do Governo 2015-2019 define como objectivo estratégico a promoção de um “sistema educativo inclusivo, eficaz e eficiente que garanta a aquisição de competências em termos de conhecimentos, habilidades e atitudes que respondam às necessidades do desenvolvimento humano”. Estão previstas medidas de apoio que se substanciam na distribuição de apoio e de meios de compensação para pessoas com desabilidade motora e sensorial. O Governo aprovou recentemente uma proposta de revisão da Lei do Sistema Nacional de Educação de 1992 que consagra o princípio da educação inclusiva e o direito à instrução universal e gratuita até à nona classe. A “Educação Especial” continua, no entanto, a ser instruída em escolas especiais, em contradição com os dispositivos da Convenção que condena a institucionalização (artigo 19) e prevê a inclusão das pessoas com deficiência no sistema de instrução geral (artigo 24).

A Entidade Responsável em Moçambique para as actividades de reintegração psicossocial e económica e a reabilitação comunitária é o Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCAS). O Instituto para a Formação Profissional (IFPELAC, anteriormente INEFP) tutelado pelo Ministério do Emprego, Emprego e Segurança Social (MITESS) tem a responsabilidade de fornecer competências profissionais e medidas de acompanhamento no Emprego enquanto o da Saúde (MISAU) deve garantir o acesso a curas médicas e apoios. O acesso à educação primária e secundária são responsabilidade do Ministério da Educação e do Desenvolvimento Humano (MINEDH), enquanto o Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional (MCTESTP) responde pela formação técnica, instrução universitária e investigação científica. Sob a tutela do MCTESTP, o Instituto Nacional para o Governo Electrónico (INAGE) responde pela promoção das TIC e da sociedade da informação, e o Ministério da Juventude e Desportos (MJD) intervém criando um ambiente propício à inserção social com a promoção de actividades recreativas.

A nível territorial as competências sobre a temática da deficiência estão muito fragmentadas não existindo correspondência directa entre as Direcções provinciais dos Ministérios competentes e os

relativos Serviços distritais. Os mecanismos institucionais para a identificação dos beneficiários dos programas de assistência social básica nem sempre permitem chegar às faixas mais vulneráveis e em particular a rapazes, raparigas e mulheres com deficiência não afiliados em órgãos associativos. Em alguns casos como na província de Sofala existem acordos de parceria entre as Direcções Provinciais do Emprego e das Políticas Sociais para a concessão de bolsas de estudo a pessoas não capazes de pagar as taxas de inscrição nos cursos de formação profissional oferecidos pelo IFPELAC, iniciativas não institucionalizadas e com critérios de acesso não homogêneos entre Províncias.

Por quanto favorável possa parecer o quadro legal, num País com altas taxas de incidência de pobreza e analfabetismo em que é forte o estigma social, a possibilidade real dos jovens e mulheres com deficiência de terem acesso à educação, à formação e orientação profissional, ao emprego e às TIC habilitantes é muito reduzida. Embora tendo uma boa exposição e um crescente enraizamento no território, as pessoas com deficiência e as suas organizações (OPD em italiano, APcD em português,) são consultadas de forma esporádica com a finalidade de elaboração de instrumentos legais e de política pública. Entre estas o FAMOD (Fórum Moçambicano das Associações das Pessoas com Deficiência) e ADEMO, a mais antiga e reconhecida APcD moçambicana, estão levando avante um Emprego de sensibilização para a revisão da proposta de Lei para a promoção e tutela dos direitos das pessoas com deficiência, a qual em vários artigos distancia-se do espírito da Convenção. Activas em todas as capitais provinciais, ACAMO (Associação dos cegos e amblíopes) e ASUMO (Associação nacional dos surdos) possuem competências reconhecidas no campo da formação profissional inclusiva e das tecnologias de assistência, em particular da informação e da comunicação.

Para favorecer a inclusão e a participação na vida social e económica das pessoas com deficiência foram adoptadas em Moçambique uma série de medidas legais e definidas linhas estratégicas e operativas de intervenção, muitas das quais não aplicadas. As competências para a actuação e a monitoria das políticas de inclusão das pessoas com deficiência estão dispersas. As acções das autoridades governativas e administrativas respondem a uma lógica sectorial e estão pouco coordenadas entre si. O conhecimento dos dispositivos legais vigentes e dos compromissos assumidos a nível internacional para fins da 'inclusão económica e social das pessoas com deficiência por parte dos decisores públicos e dos órgãos prepostos para o controlo é baixíssima, como indicado pelo relatório enviado pelo Governo de Moçambique às Nações Unidas no âmbito da Revisão Periódica Universal (UPR) que identifica graves lacunas a todos os níveis na educação cívica, na formação dos docentes e nos programas escolásticos.

A carência de dados desagregados, a falta de mecanismos de coordenação e de controlo, a ausência de um sistema institucionalizado de monitoria, a escassa participação das APcD nos mecanismos decisoriais e o conhecimento e aplicação deficitária dos dispositivos legais vigentes concorrem para tornar muito árduo a monitoria dos resultados e impactos da acção governativa para a promoção e tutela dos direitos das pessoas com deficiência. Emblemática, neste sentido, a actuação do Regulamento que define critérios mínimos para a acessibilidade aos espaços públicos e privados (Decreto 53/2008), dispositivo que, a quase dez anos da sua aprovação, é frequentemente ignorado mesmo no caso de novas infra-estruturas públicas como escolas e hospitais.

5.3 Estratégia da intervenção

Esta intervenção transformativa tem como quadro estratégico de referência a Convenção e a Agenda 2030, em particular os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, 5, 8, 9, 10, 11, 16 e 17. Coerentemente com estes dispositivos e com o novo Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento, as Linhas-Guia deficiência e inclusão social da AICS e os princípios da *UN Global Compact e de Business and Human Rights*, esta iniciativa põe o acento sobre a indivisibilidade e o pleno respeito dos Direitos Humanos como precondições para o desenvolvimento sustentável.

A iniciativa tenciona em primeiro lugar contribuir para o reforço das competências dos actores-chave e para a realização de acções inovadoras para a inclusão social e económica de rapazes, rapariga e mulheres com deficiência através da formação e sensibilização dos *stakeholder*. O exercício real dos direitos das pessoas com deficiência será promovido em primeiro lugar através do reforço e do apoio

institucional e a preparação, revisão e controlo de aplicação da normativa nacional vigente, utilizando mesmo especialistas italianos, usando o fundo previsto para a assistência técnica que poderão apoiar tais procedimentos.

A aplicação a nível nacional da Convenção prevê a existência de uma estrutura de coordenação encarregada de facilitar as acções nos diferentes sectores e a diferentes níveis (art. 33.1). São ainda previstos mecanismos independentes de controlo sobre a actuação das políticas governativas (art. 33.2), em Moçambique remetidas a uma pluralidade de instituições entre as quais o Parlamento, *Ombudsman*, a Comissão Nacional dos Direitos Humanos, Inspeção Geral do Emprego, os Tribunais e o Ministério Público.

O terceiro pilar da arquitectura institucional prevista pela Convenção é constituído pela plena participação das pessoas com deficiência e as APcD na elaboração, actuação, monitoria e avaliação dos resultados das políticas com impacto nas suas vidas (UNCRPD, art. 33.3). Inovação de procedimentos pela amplitude transformativa, esta obrigação para os Estados contraentes torna as pessoas com deficiência, incluindo os menores, sujeitos activos dos direitos e protagonistas dos processos de decisão.

Coerentemente com o desenho institucional definido pela Convenção, este projecto-piloto oferece oportunidade de informação-formação, confronto e diálogo de todos os actores institucionais relevantes. Para promover o real exercício dos direitos das pessoas com deficiência serão analisadas as políticas e os programas governativos para a formação profissional, a ocupação e o acesso às TIC. Em colaboração com todos os stakeholder serão identificadas eventuais barreiras e propostos percursos coerentes e sustentáveis de inclusão.

Serão realizados inquéritos quantitativos e qualitativos segundo a metodologia da investigação social emancipatória nas áreas de utentes dos três CFP seleccionados a fim de identificar barreiras e oportunidade de acesso das pessoas com deficiência, e de rapazes, raparigas e mulheres em particular, à educação, ao emprego e às TIC.

Em linha com a estratégia de “Programação Universal” prevista pela Convenção (art. 2), valendo-se da assistência técnica de especialistas italianos, o projecto oferecerá apoio para a aplicação dos standards nacionais e internacionais de acessibilidade no âmbito da educação e do emprego, promovendo a utilização de TIC de assistência na didáctica e no emprego. Através de uma abordagem de desenvolvimento inclusivo serão definidos percursos de “acomodamento razoável” úteis a garantir a participação nas actividades do projecto em particular de rapazes, raparigas e mulheres com deficiência, seja como actores, que como beneficiários.

Serão portanto identificados e testados percursos de adaptação das infra-estruturas e da oferta formativa nos três CFP de modo a iniciar a sua transformação progressiva em Centros acessíveis e utilizáveis por todas as pessoas. A partir dos laboratórios e dos conteúdos dos cursos de informática realizados nos três CFP serão identificados e testados percursos de acessibilidade de espaços e conteúdos, desenvolvidas novas competências digitais para formadores e formandos, explorado o potencial das TIC para o desenvolvimento de novas actividades económicas e produzidos conteúdos formativos e informativos em diversas línguas e em formatos acessíveis.

Para o apoio ao início de actividades produtivas prevê-se a criação de um fundo rotativo ao qual terão acesso rapazes, raparigas e mulheres com deficiência que frequentaram com sucesso os cursos profissionalizantes, mas também outros e outras que não possuindo os requisitos académicos mínimos e não têm de momento acesso aos cursos do IFPELAC. Este fundo (montante mínimo 100.000,00 €) privilegiará financiamentos em apoio de auto-empresas e empresas cooperativas e será inicialmente gerido pela Entidade executora em coordenação com o IFPELAC, as APcD e os órgãos da administração e do governo local. Durante a execução da iniciativa deverão ser criadas as condições para uma transferência gradual das responsabilidades de gestão do fundo para os parceiros locais.

Com base nos resultados da intervenção, com o concurso das pessoas com deficiência e APcD serão definidos percursos inclusivos de reforma dos programas de formação profissional e de acesso ao emprego. As propostas de revisão serão apresentadas aos stakeholder no âmbito de sessões de

informação-formação públicas organizadas em concomitância com datas significativas para o acesso universal à informação, os Direitos Humanos e os Direitos das pessoas com deficiência em particular.¹

Os critérios e referências na base da estratégia de intervenção são:

- a) **Projectação universal e acessibilidade** para iniciar um processo de transformação dos CFP de Malhazine, Beira e Pemba em Centros de Formação inclusivos segundo a Legislação vigente (Decreto 53/2008), e promover o acesso universal à educação, ao emprego e às TIC como previsto pela Convenção (art. 9, pontos f, g, h; art. 24) e pela Agenda 2030 (Objectivos de Desenvolvimento Sustentável 4, 5, 8, 9, 11).
- b) **Abordagem participativa e empoderamento das pessoas com deficiência e APcD**, para garantir que as pessoas com deficiência sejam agentes da transformação económica e social podendo contribuir para a análise e monitoria das políticas e para a definição de propostas de revisão das normas vigentes.
- c) **Valorização das competências locais e das excelências italianas**: para garantir a relevância e a sustentabilidade dos resultados, o projecto deverá recorrer por quanto possível a conhecimentos e competências locais; a entidade executora poderá para tal consorciar-se com Universidades e Institutos de investigação, promovendo em particular a colaboração entre instituições italianas e moçambicanas.
- d) **Envolvimento responsável do sector privado italiano e local** com particular atenção à ocupação, à formação, ao fornecimento de bens e serviços, à assistência técnica. Será promovida a participação do sector privado no diálogo sobre a inclusão social e económica das pessoas com deficiência e sobre as tecnologias habilitantes, para contribuir para o desenvolvimento de capacidades empresariais e promover o desenvolvimento económico e social local; no caso em que se revelem úteis transferências de competências e de tecnologias a entidade executora poderá valer-se das excelências italianas.
- e) **Desenvolvimento das competências digitais** para promover o salto de Moçambique para a indústria 4.0 identificando novos modelos produtivos e de organização do Emprego evitando o agravamento do *gap* actual no acesso às TIC por parte de raparigas, mulheres e pessoas com deficiência.
- f) **Complementaridade, coordenação e diálogo** entre actores locais, nacionais e internacionais relevantes, públicos e privados através da organização de encontros periódicos de grupos de diálogo multi-stakeholders e outros eventos, para evitar duplicações, criar sinergias e garantir (i) coerência, convergência e retro alimentação contínua entre actividades de nível central e local (ii) sustentabilidade da intervenção.
- g) **Investigação, produção e divulgação de dados** para poder, com base na evidência e através de uma abordagem participativa e interdisciplinar à projectação e realização da intervenção, identificar soluções inovadoras para a educação inclusiva e a inserção socioeconómica das pessoas com deficiência, alimentando a definição de percursos de inclusão.

5.4 Localização da intervenção

A intervenção será realizada à escala nacional em articulação constante entre os níveis central e local.

A escolha dos três CFP de Malhazine Beira e Pemba para fins de definição de percursos de inclusão foi efectuada em concerto com o IFPELAC. Esta escolha foi ditada por uma série de critérios entre os quais: a) o equilíbrio regional (um CFP situado na região sul, um na região centro e um na região norte); b) a existência de condições operativas e logísticas favoráveis para a realização, daqui a escolha de concentrar a intervenção-piloto em zonas urbanas; c) a existência de precedentes contactos e colaborações entre actores italianos e os CFP seleccionados; d) a presença a nível local de outros

¹ Entre outras são de recordar: 3 e 17 de Maio, 28 de Setembro, 15 de Outubro, 3, 10 e 13 de Dezembro. Veja-se o calendário oficial definido pelas Nações Unidas: <http://un.org/en/sections/observances/international-days>

programas e projectos de cooperação internacional para o desenvolvimento nas áreas da formação profissional, do apoio à ocupação e das TIC para a inclusão socioeconómica; e) a existência in loco de pessoas e APcD com competências específicas e nas áreas da educação inclusiva e das TIC de assistência.

O CFP de Malhazine tem a peculiaridade de oferecer actividades de formação e acompanhamento no Emprego exclusivamente para o sector terciário (informática, contabilidade, secretariado administrativo, gestão de actividades económicas, estética e culinária, etc.). Embora reabilitado de recente e com instalações no rés-do-chão, este CFP apresenta problemas de acessibilidade tanto no que se refere ao acesso geral, como no que diz respeito à secretaria dos estudantes, ao laboratório de informática e aos serviços higiénicos. Degraus, portas e outras instalações não são conformes aos dispositivos do Decreto 53/2008; a sala de informática possui 16 lugares, tão próximos que tornam impossível o acesso a uma pessoa em cadeira de rodas. Com uma impressora laser e 14 computadores em funcionamento, relativamente aos 16 previstos pelo standard definido pelo IFPELAC, a sala de informática está relativamente bem equipada, mas não tem acesso à Internet.

No primeiro trimestre do ano em curso houve somente 5 inscrições para o curso de informática. A sala de informática de Malhazine não está dotada de equipamento hardware e software habilitantes e o formador não possui competências em matéria de TIC habilitantes. Em 2017 este Centro formou no total 564 pessoas, nenhuma com deficiência declaradas; Em 2016, de um total de 808, foram formadas 36 pessoas com deficiência (23 com deficiência físico-motoras e 13 com deficiência auditivas). Mesmo se desagregados por sexo, estes dados não indicam em que matérias e quantas pessoas foram formadas no CFP, quantas no exterior. Através de um projecto do MGCAS, este Centro ofereceu de facto serviços de formação a alguns membros da associação dos jovens moçambicanos com deficiência (AJODEMO), formações breves em gestão de actividades económicas que foram realizadas na sede da associação.

Diferentemente de Malhazine, o CFP da Beira ofereceu oportunidade de formação em TIC habilitantes (software áudio e Braille) a dois formadores: o curso foi realizado em 2013 por um formador membro da ACAMO, mas os formadores não beneficiaram em seguida de cursos de actualização. A sala de informática tem em dotação 16 computadores todos a funcionar, uma impressora laser, um projector, uma impressora Braille e uma caixa e folhas para impressão em Braille, tudo muito bem conservado. O software áudio e Braille em dotação tem as licenças caducadas e até à data não foram realizadas formações em software habilitantes, talvez também por causa da concorrência do Instituto para os Deficientes Visuais (IDV), menos distante do centro da cidade. Noutros cursos oferecidos pelo CFP da Beira foram, por outro lado, realizadas formações inclusivas como no caso do curso de electricidade auto: em 2016, embora nunca tendo beneficiado de formação técnica nem psicopedagógica específica, com o auxílio extemporâneo de um intérprete e improvisando quando necessário, formadores motivados conseguiram formar com sucesso 5 pessoas com deficiência auditivas, duas das quais trabalham agora no sector.

O CFP da Beira, cuja sala de informática teria o potencial para ser considerada um Modelo em termos de acessibilidade aos conteúdos se pudesse dispor de um acesso seguro a Internet, apresenta problemas de acessibilidade à sala de informática e à secretaria dos estudantes, localizadas no primeiro andar sem elevador. No primeiro andar estão também as salas dos professores, dos cursos de contabilidade e de cabeleireiro. Os outros laboratórios e os serviços higiénicos para formandos e formandas estão situadas no rés-do-chão, em locais amplos que poderiam beneficiar de acomodações a custos relativamente reduzidos, em particular se realizados em economia pelos formandos dos cursos de construção civil, como sugerido pela Direcção do Centro.

Com uma superfície de 22.000 m² o CFP de Pemba foi reestruturado em tempos recentes, tendo também beneficiado de doações de equipamento por parte de várias empresas entre as quais a ENI (laboratórios de electricidade para a manutenção industrial e soldadura). Embora todas as salas estejam localizadas no rés-do-chão e a maior parte dos laboratórios dotados de rampas, o acesso torna-se difícil pela distância entre os vários blocos, separados por passeios recobertos de pedras soltas. A sala de informática é pequena, com somente 10 computadores e uma impressora; o acesso a Internet é intermitente. Para adequar a sala de informática ao standard do IFPELAC a Direcção do

Centro está a considerar a hipótese de transferir este laboratório para o interior do bloco administrativo.

Um elemento que acomuna os CFP de Pemba, Beira e Malhazine é constituído pela dificuldade de acesso aos bairros periféricos onde os Centros estão situados. Em particular, para as pessoas com deficiência físico-motoras e visuais, a distância do Centro e a acessibilidade física dos meios de transporte constituem barreira ao acesso e/ou motivo de abandono do percurso de formação.

A delimitação da zona de utentes de cada um dos CFP resulta relevante para fins de identificação dos beneficiários directos da iniciativa, tanto para facilitar o acesso físico aos CFP, quanto para definir os critérios de atribuição de formas de apoio financeiro para a frequência dos cursos. No caso da Beira e de Pemba as zonas de utentes dos CFP coincidem com os limites territoriais dos relativos Municípios, enquanto no caso do CFP de Malhazine, segundo CFP na capital do País após o que está situado nas instalações da Sede central do IFPELAC a área dos utentes é considerada composta pelo distrito municipal de Kamubukwane na periferia norte de Maputo.

5.5 Estrutura da intervenção

O **objectivo geral** da iniciativa é melhorar as condições de vida das pessoas com deficiência contribuindo a colmar o *gap* existente entre a ratificação da Convenção e a sua efectiva aplicação em Moçambique.

O **objectivo específico** é apoiar os processos de inclusão social e económica de rapazes, raparigas e mulheres com deficiência através do reforço das competências dos actores-chave e a realização de acções inovadoras.

Quatro elementos importantes são de ter em consideração: a) esta iniciativa constitui a continuação natural e o aprofundamento de uma série de actividades promovidas em anos recentes pela Cooperação Italiana a fim de melhorar as condições de vida das pessoas com deficiência em Moçambique; b) em particular no que diz respeito a definição dos percursos de reforma da normativa, das estratégias e dos programas governativos, as actividades em adjudicação serão realizadas em estreita coordenação com a Sede AICS de Maputo, podendo valer-se de especialistas italianos através do fundo previsto para assistência técnica; c) o projecto-piloto insere-se num momento de redefinição de standards e procedimentos por parte do IFPELAC (infra-estruturas, recursos humanos e conteúdos da formação profissional) e do ANEP (certificação de cursos de formação profissional); d) a iniciativa tenciona promover modalidades operativas e soluções inovadoras aos desafios da inclusão económica e social através do recurso a parcerias entre actores públicos e privados italianos e moçambicanos.

Por quanto possível as actividades previstas devem beneficiar **homens e mulheres** numa perspectiva de igualdade de oportunidades, com particular atenção aos jovens e às jovens (**rapazes e raparigas entre os 15 e os 24 anos**).

As pessoas com deficiência e as APcD serão ao mesmo tempo **beneficiários e na medida do possível operadores** nas actividades previstas pelo projecto. Serão valorizadas as competências e profissionalidades locais: caso não existam ou não estejam disponíveis serão privilegiados especialistas italianos ou personalidade internacionais de perfil no campo específico.

As actividades de formação realizadas no âmbito do projecto incluídos os cursos para funcionários e GMS serão preferivelmente realizados nos CFP. Valorizando as competências locais e em particular as de jovens e mulheres com deficiência, APcD, Universidade e Centros de investigação locais, as actividades de formação poderão ser realizadas com o concurso da Assistência Técnica fornecida pela AICS, destinada a promover excelências italianas em termos de metodologias e instrumentos.

Todos os módulos informativos deverão incluir referências aos temas da **Agenda 2030** e da **cidadania global**. Os conteúdos e as modalidades de realização dos cursos deverão ser definidos de concerto com as APcD locais que deverão ser envolvidas directamente nas actividades de formação na língua dos sinais, Braille, se aplicável, com o auxílio de tecnologias habilitantes.

Para cada acção de informação realizada será necessário indicar as **categorias e o número esperado** de beneficiários, os mecanismos de identificação e selecção, as vantagens esperadas, os custos unitários e totais e quem será responsável da formação. O **custo unitário por beneficiário**/stakeholder formado deve compreender os custos diários dos formadores, do aluguer das instalações onde se realiza a formação, dos custos de transporte, alojamento e alimentação dos beneficiários e do custo da documentação e dos auxílios pedagógicos da formação.

Os bens adquiridos e/ou distribuídos no âmbito dos projectos realizados deverão ser encontrados, quando possível, no mercado local a fim de permitir efeitos positivos nas áreas de intervenção. No caso de aquisição de bens instrumentais e todavia de bens inventariáveis, a propriedade de tais bens deverá ser transferida para os beneficiários segundo um plano explicitamente concordado com a sede AICS de Maputo.

Quanto precisado acima é válido para todas as actividades previstas pelo presente concurso.

As propostas (de aqui em diante definidas **propostas executivas**) serão todavia livres de suprimir e/ou modificar as actividades indicadas no presente concurso, identificar novas, na condição de que as soluções operativas identificadas se mantenham no âmbito do valor máximo admissível (890.000,00€) que não pode ser ultrapassado e que resultem atinentes e coerentes com o objectivo geral, o objectivo específico e os três resultados esperados do projecto sem os modificar. Permanece claro que cada escolha deverá ser devidamente justificada e tecnicamente fundada.

A iniciativa é estruturada para resultados esperados com referência aos quais se sugerem as seguintes actividades a título de exemplo:

R1. Melhorada a capacidade de definição, actuação e monitoria de políticas e programas inclusivos das pessoas com deficiência por parte das instituições nacionais e locais, em linha com quanto previsto pela UNCRPD

Quanto ao primeiro resultado estão previstas actividades de informação que apoiem as autoridades competentes na identificação de barreiras que se interpõem ao pleno acesso à formação profissional, ao Emprego e às TIC. Os stakeholder serão formados utilizando também a assistência técnica de especialistas itlianos através do “Fundo Especialistas” para poderem alimentar um diálogo informado sobre as deficiência, identificar percursos de reforma das políticas e dos programas a fim de os tornar mais inclusivos, produzir novos instrumentos legais para a protecção e tutela dos direitos das pessoas com deficiência assim como análises e relatórios sobre a actuação destes instrumentos no cumprimento dos empenhos internacionais. Para facilitar a aquisição e a transferência de competências técnicas e relacionais serão promovidas metodologias inovadoras.

A.1.1 Assistência técnica e realização de actividades de formação para funcionários públicos e pessoal directivo do IFPELAC

As actividades serão destinadas em particular a (números indicados em parênteses são da considerar como mínimos; por quanto possível a meta dos beneficiários das acções de informação devem ser mulheres): (a) Funcionários do IFPELAC a nível central (do Departamento Cooperação e Planificação - 3; Departamento de Formação dos Formadores - 4; 3 Departamento para a Formação Profissional - 3) e a nível local (10 por Província por um total de 30); (b) funcionários dos Ministérios relevantes (MITESS, MGCAS, MCTESTP/INAGE, MINEDH e MOPHRH, 20 mulheres e 20 homens por um total de 40, e cerca de 20 representantes do governo e da administração local em cada uma das zonas de utentes dos CFP, incluídos representantes dos Conselhos municipais e dos órgãos de consulta comunitária (10 por Município por um total de 30); (c) funcionários do Instituto Nacional de Estatística (4 a nível central e pelo menos dois a nível de cada Província); (d) Deputados (Primeira e Terceira Comissão e Comissão Permanente) e pessoal técnico da Assembleia da República (50 Deputados e 20 técnicos por um total de cerca de 70 beneficiários); Comissão Nacional dos Direitos Humanos (11 Comissários e cerca de 10 técnicos).

Os temas das formações deverão incluir: Convenção ONU, Agenda 2030, Acessibilidade e Programação Universal, Educação inclusiva, TIC habilitantes, ICT4D, Monitoria e Avaliação.

A todos os actores institucionais envolvidos serão oferecidos cursos gratuitos na língua dos sinais.

A.1.2 Formação e encontros periódicos dos grupos multi-stakeholder a nível nacional e local

A Entidade executora deverá promover a criação e o funcionamento periódico de mecanismos diálogo entre actores públicos e privados a nível local (Maputo, Beira e Pemba) e nacional. Em colaboração com as APcD e com o IFPELAC, usando a assistência técnica de especialistas locais ou italianos serão organizadas formações para as administrações locais, os Governos municipais, as autoridades comunitárias e os agentes económicos e sociais relevantes para a inclusão de jovens e mulheres. Os encontros de informação dos grupos de diálogo multi-stakeholder (GMS) verterão sobre temas relevantes da Convenção e da Agenda 2030 e serão fixados por ocasião ou em proximidade de datas significativas para a promoção e tutela dos direitos das pessoas com Deficiência e dos Direitos Humanos mais em geral, incluso o direito de acesso à informação e à Internet.

Estes encontros públicos envolverão os órgãos de imprensa a nível territorial relevante incluindo as rádio comunitárias e poderão ser feitos em formato de entrevistas, debates, seminários e conferências. A participação nos GMS de associações que trabalham para a promoção e protecção dos Direitos Humanos, das TIC para o desenvolvimento económico e social, de empresas do sector, de académicos e jornalistas potenciará o *outreach* e o número de cidadãos e cidadãs abrangidos/as pela iniciativa, beneficiando as comunidades residentes e dando visibilidade à iniciativa.

Para além da organização destes eventos públicos, aos participantes e aos grupos multi-stakeholders (GMS) poderão ser oferecidas oportunidades de formação na língua dos sinais e módulos específicos sobre os temas da deficiência e da acessibilidade, com particular atenção às oportunidades oferecidas pelas TIC habilitantes.

A.1.3 Reforço das capacidade institucionais e gestão dos conhecimentos produzidos pelo projecto

A definição e a monitoria de políticas e programas para a inclusão socioeconómica das pessoas com deficiência são dificultadas em Moçambique pela carência e pela fragmentação dos dados disponíveis. Com particular respeito ao acesso à formação, à inserção profissional e às TIC, para além de lacunas e inconsistências na recolha dos dados existe escassa capacidade de análise e de gestão dos conhecimentos para fins de definição de percursos de inclusão e das políticas públicas em geral.

Em paralelo às actividades de formação e diálogo destinadas às autoridades de nível central e local, valendo-se também da colaboração da AICS de Maputo e de especialistas italianos, utilizando o fundo de assistência técnica, a Entidade executora deverá definir uma metodologia de Emprego e relativos instrumentos operativos para a retroalimentação dos resultados do projecto-piloto a nível central-nacional. Será oferecido apoio ao IFPELAC/MITESS e ao INE na recolha e actualização dos dados sobre a formação profissional, emprego e TIC com particular referência às deficiência relativamente aos standards definidos pelo “Washington City Group”. O apoio às autoridades estender-se-á à criação de um sistema de monitoria e avaliação dos produtos e resultados das políticas e dos programas de formação profissional e apoio ao emprego das pessoas com deficiência.

Para contribuir a gerir e divulgar correctamente os dados e os conhecimentos gerados pelo projecto será apoiada a recolha e difusão de dados , através de Plataformas digitais e progressivamente publicados dados e resultados do projecto, em formatos acessíveis. Em coordenação e com o apoio da AICS poderão ser efectuadas acções de assistência técnica através de Entidades e Instituições italianas para a transferência de boas práticas (por exemplo, sobre o *modus operandi* do Observatório Nacional de Deficiência na recolha, análise e difusão dos dados sobre as deficiência) e realizadas actividades de formação e divulgação, entre os outros, do *Index for Inclusion*.

O Programa assegurará a cobertura das despesas de monitoria e assistência técnica às autoridades e às APcD para realizar e monitorar as actividades nos locais de intervenção e para realizar a avaliação final da iniciativa.

R2. Reforçadas as capacidade e competências das APcD para uma efectiva participação das pessoas com deficiência na vida económica e social e nos processos decisoriais que lhes dizem respeito

Este resultado prevê uma vasta tipologia de eventos organizados pela Entidade executora em estreita colaboração com as APcD locais. Entre estas, a investigação, recolha, análise e divulgação dos dados e dos resultados finais do projecto, o apoio à realização de campanhas de informação e sensibilização dos cidadãos e o suporte às acções de advocacia e à realização de eventos de restituição dos resultados. A estas acções poderão somar-se visitas de estudo dos representantes das APcD a Itália.

Com base em experiências análogas financiadas pela Cooperação Italiana em Países como a Mongólia e a Palestina considera-se que as metodologias de investigação social emancipatória possam ter um forte impacto nas pessoas com deficiência envolvidas, suas famílias e comunidades locais, contribuindo para demonstrar e amplificar o efeito transformativo do projecto no território. A Sede AICS de Maputo coordenará a co-criação do instrumento de investigação com as APcD e as autoridades a nível central. A realização das investigações emancipatórias na cidade de Maputo, Beira e Pemba será, por outro lado, responsabilidade da entidade executora e terá também como objectivo informar os grupo *target* sobre a iniciativa incluindo rapazes, raparigas e mulheres com deficiência não afiliados em APcD e/ou que não têm acesso fácil à informação. Graças a esta actividade de investigação serão também definidos os critérios de selecção das pessoas com deficiência que poderão beneficiar das actividades de apoio directo à formação e à ocupação previstas pelo projecto (veja-se o Resultado 3).

A.2.1 Realização de cursos de formação em metodologias da investigação social emancipatória e de 3 survey qualitativos de base

A participação das APcD na recolha e análise dos dados sobre o acesso à formação profissional, Emprego e TIC para as pessoas com deficiência nas zonas de utentes dos três CFP de Malhazine, Beira e Pemba será fundamental para identificar necessidades, habilidades e competências de rapazes, raparigas e mulheres com deficiência nos três contextos urbanos identificados. No início do projecto serão formados em métodos de investigação social emancipatória cerca de 30 entre representantes das APcD, representantes das OSC, das autoridades locais incluídas as comunitárias e do INE, possivelmente todos com idade inferior aos 40 anos. Com base nos resultados do Censo de 2017 cujos resultados deveriam ser divulgados nos fins de Junho de 2018, os investigadores formados, serão responsáveis pela realização dos três mini *baseline survey* qualitativos nas zonas de utentes dos três CFP.

Maiores detalhes sobre a metodologia e sobre o instrumento co-criado a nível central com a coordenação da AICS Maputo e a participação do Instituto Nacional de Estatística, a Comissão Nacional para os Direitos Humanos, as APcD e outras instituições chave poderão ser partilhados com a Entidade executora numa segunda fase.

Com a supervisão técnica de investigadores sénior os dados resultantes serão analisados e disponibilizados ao público em formatos acessíveis.

A.2.2 Seminários, convénios, exposições, publicidade

Para favorecer a participação activa das APcD nos processos decisoriais ser-lhes-á oferecida a oportunidade de organizar e participar em campanhas informativas, convénios, seminários, feiras, eventos comemorativos de datas internacionais significativas e outras manifestações destinadas à divulgação de informações de interesse para os cidadãos e ao intercâmbio de boas práticas à escala nacional, regional e internacional em matéria de educação inclusiva, acesso ao emprego e tecnologias de assistência.

Entre estes sugerem-se, em particular, a divulgação a nível local e nacional dos resultados dos inquéritos qualitativos e a participação na MOZTECH, maior feira de TIC do País, para promover o conhecimento e o desenvolvimento das tecnologias habilitativas em Moçambique. Para identificar TIC habilitantes disponíveis no mercado local e promover o desenvolvimento de um mercado local das mesmas deverão também ser promovidas actividades inovadoras tais como concursos para a identificação de propostas concretizáveis de tecnologias inclusivas (Hackaton). Os prémios para estes

concursos poderão consistir em pequenos financiamentos para a concretização da ideia e/ou o apoio à participação em eventos internacionais para o *marketing* da ideia, inclusa a participação em conferências ou visitas de estudo a Itália ou à Europa.

A.2.3 Organização de conferências, eventos de divulgação dos resultados na África Austral e na Europa

Durante todo período de duração da iniciativa deverá ser promovida a colaboração das APcD locais e nacionais com os seus homólogos e com iniciativas análogas à escala regional e global, como por exemplo a *Google Challenge Impact Disabilities* (centrada na promoção das tecnologias de assistência e que tem SAFOD como parceiro a nível da SADC).

Aquando da conclusão do projecto as APcD deverão organizar eventos de visibilidade, em concomitância com datas significativas para a Agenda da deficiência e do Desenvolvimento sustentável, com a realização de ou participação a Feiras ou conferências a nível nacional, regional e europeu (por exemplo, Futura ou Handimatica em Itália). Durante a execução das actividades poderão também ser realizadas visitas de estudo das APcD locais a Itália.

R3. Realizadas actividades inclusivas no sector da educação e do Emprego através de parcerias estratégicas entre actores italianos e moçambicanos com utilização de tecnologias acessíveis

Colocando a escola no centro das práticas inclusivas, o processo transformativo promovido por esta iniciativa será concretizado em particular através de adaptações progressivas das infra-estruturas e da oferta formativa dos três CFP seleccionados. Promovendo onde relevante a utilização de TIC habilitantes, a direcção do acomodamento progressivo da oferta formativa é a de chegar a uma programação universal dos conteúdos formativos oferecidos pelos CFP.

A partir das salas e dos conteúdos dos cursos de informática, serão adoptadas novas tecnologias e metodologias didácticas em grado de garantir o acesso universal aos cursos de formação profissional. A transferência de conhecimentos será garantida através disponibilização em cada um dos CFP de um serviço a tempo inteiro de interpretaria do em língua dos sinais e de instrumentos tecnológicos capazes tornar a oferta formativa maiormente inclusiva e apta às exigências do mercado local. Serão revistos os módulos didácticos adequando-os às exigências particulares dos formandos e das formandas com deficiência e também pontos de acesso *wi-fi* gratuito para melhorar a realização das actividades formativas e favorecer a aquisição de novos conhecimentos e competências profissionais e criando incentivos para a inclusão das pessoas com deficiência, das suas famílias e das comunidades locais na escola.

Este resultado prevê também actividades destinadas a promover oportunidades concretas de acesso à formação profissional através do pagamento das taxas de inscrição no caso de rapazes, raparigas e mulheres com deficiência indigentes, e a organização de um serviço de transporte para os CFP para pessoas com deficiência físico-motora e visuais. Serão também oferecidos a rapazes, raparigas e mulheres com deficiência, em particular aos que tiverem concluído os cursos nos CFP, serviços de orientação para o emprego e apoio ao início de actividades económicas através de um fundo rotativo para a aquisição de instrumentos técnicos e tecnológicos.

Será apoiada a difusão de dados com base nos recursos e competências disponíveis através da utilização de Plataformas digitais para a monitoria e a gestão do conhecimento gerado pelo projecto (com informações sobre os beneficiários, acomodamentos infra-estruturais e tecnológicos, da oferta formativa, etc.) e para o *networking* entre beneficiários e entre estes e os outros stakeholder. Serão deste modo progressivamente colocados à disposição do público os conteúdos formativos e informativos produzidos pelo projecto, em várias línguas e em formatos acessíveis, como indicado pelas (Linhas-Guia).

A.3.1 Início da realização de acomodamentos infra-estruturais e tecnológicos nos CFP de Malhazine, Beira e Pemba

As propostas serão avaliadas com base na observância dos requisitos de acessibilidade previstos pela legislação local, sendo ponto firme que, tratando-se de um projecto-piloto, nesta primeira fase não será possível proceder à adaptação completa dos três CFP para tornar plenamente acessíveis a totalidade das suas instalações. Em cada um dos CFP deverão no entanto serem introduzidas as alterações necessárias para garantir acesso pleno a: (i) entrada no Centro; (ii) laboratórios informáticos; (ii) Secretaria dos estudantes e (iii) serviços higiénicos (H/M). Para estas actividades deverá ser nomeado um/a projectista um/a fiscal das obras; as obras de pequena dimensão deverão sempre que possível serem realizadas em economia pelos formandos dos cursos de construção civil dos CFP de Pemba, Beira e Machava (para obras no CFP de Malhazine), enquanto a escolha dos fornecedores será feita com procedimento de limite mínimo, de acordo com a normativa vigente e com quanto estabelecido no Manual de Gestão e Prestação de Contas (**Anexo A10**).

Cada um dos laboratórios de informática dos três CFP de Malhazine, Beira e Pemba deverá ser dotado, como mínimo, de 16 postos fixos funcionantes completos com sistema áudio; 16 tablet; 1 impressora laser; 1 impressora e blocos de papel Braille; software de voz e Braille; 1 leitor autónomo e ligação *wi-fi* à Internet banda larga.

Está também prevista a introdução de um serviço de transporte para formandos e formandas com deficiência não capazes de chegar autonomamente ao respectivo CFP e prevê-se para tal a aquisição de 3 autocarros com lotação máxima de 32 lugares, 1 para o CFP. Não existindo no mercado local meios de transporte acessíveis deste tipo e não existindo cobertura financeira para a aquisição no mercado internacional, serão realizados ajustamentos feitos em economia.

São incentivadas as propostas que possam obviar a este limite através de parcerias com empresas do sector interessadas em investir no mercado local e regional.

A.3.2 Realização de acções de formação inclusiva de rapazes, raparigas e mulheres com deficiência

Serão oferecidos cursos gratuitos de língua dos sinais e Braille e TIC habilitantes a formandos, formandas e formadores interessados. Cada CFP deverá portanto prever um formador certificado na língua dos sinais e um em Braille e TIC habilitantes que constituirão os recursos humanos necessários para a oferta de cursos similares a funcionários (A.1.1.) e membros dos GMS (A.1.2).

Os formadores dos três CFP beneficiarão de formação psicopedagógica e durante as formações, se necessário, serão apoiados pelo formador-intérprete na língua dos sinais, Braille e TIC habilitantes.

Quanto aos conteúdos técnicos o primeiro curso alvo de acomodamento será o de informática, cujos conteúdos poderão ser revistos para promover o desenvolvimento de competências digitais relevantes para a economia local.

Limitações funcionais dos formandos permitindo, serão progressivamente tornados acessíveis os conteúdos dos cursos no sector terciário e, numa segunda fase, alguns cursos industriais. Em colaboração com o IFPELAC e as APCD, a Entidade executora documentará os conteúdos destes cursos tornados acessíveis e os seus desenvolvimentos progressivos, em formatos acessíveis.

Para apoiar o acesso à educação a iniciativa prevê ainda o apoio no pagamento das taxas de inscrição aos cursos dos CFP para rapazes, raparigas e mulheres com deficiência indigentes que possuam requisitos académicos exigidos. Os critérios para a atribuição destas bolsas de estudo devem ser definidos tendo em conta os acordos dos resultados dos inquéritos iniciais e das práticas existentes, tendo o cuidado de incluir entre os beneficiários pessoas não afiliadas em APCD.

A.3.3 Orientação ao Emprego e apoio ao início de actividades de geração de rendimento para rapazes, raparigas e mulheres com deficiência

Serão oferecidos serviços de orientação ao Emprego em particular através de formações específicas em *soft skills* destinadas à aquisição de competências na redacção de um *curriculum vitae* e de um simples *business plan*, e na gestão de actividades económicas de pequena dimensão.

Através da constituição de um fundo rotativo será concedido apoio ao início de pequenas actividades de geração de rendimento. Tendo em conta as modalidades de distribuição dos kit para auto-emprego

do IFPELAC, serão definidos critérios claros e transparentes e nomeada uma Comissão para a avaliação dos pedidos de financiamento composta pela Entidade executora, IFPELAC e APcD.

Este fundo (valor mínimo 100.000,00) privilegiará financiamentos para apoio à criação de auto-empresas e empresas cooperativas através da aquisição de instrumentos técnicos e tecnológicos destinados ao arranque de pequenas actividades de geração de rendimento. O fundo será inicialmente gerido pela Entidade executora em coordenação com o IFPELAC, as APcD e os órgãos da administração e do governo local que adjudicarão os financiamentos, mas durante a execução da iniciativa deverão ser criadas as condições para uma transferência gradual das responsabilidades de gestão para os parceiros locais.

Entre os beneficiários dos serviços personalizados de orientação para o emprego e do fundo rotativo deverão ser incluídos rapazes, raparigas e mulheres com deficiência que não possuam os requisitos académicos para acederem aos cursos nos CFP e mulheres indigentes mães de pessoas com deficiência.

A.3.4 Produção e difusão de conteúdos formativos e informativos em várias línguas e em formatos acessíveis

O apoio à produção do primeiro relatório sobre a actuação da Convenção em Moçambique, de outra legislação relevante e de propostas de reforma das políticas e dos programas governativos poderá valer-se da assistência técnica de especialistas italianos que poderão apoiar este processo e será responsabilidade conjunta da AICS de Maputo e da Entidade executora em coordenação constante com o MGCAS, o IFPELAC e com as outras instituições relevantes.

A Entidade executora terá responsabilidade exclusiva para a produção e divulgação a nível local e nacional de conteúdos informativos em versão digital, multilíngues (língua portuguesa e em línguas locais) e multi-formato (texto, áudio e vídeo), entre os quais:

A.3.4.1 traduções em português de: (i) textos jurídicos e de política pública de referência a nível nacional e internacional; (ii) Linhas-Guia para a deficiência e a inclusão social da AICS; (iii) webinar “Bridging the GAP”; (iv) documentação de boas práticas italianas e internacionais;

A.3.4.2 produção de pamphlets e posters simplificados em português e/ou em línguas locais e/ou em forma de desenhos, dos conteúdos mencionados no ponto acima; a produção de conteúdos relativos aos cursos de formação preparados, em formatos acessíveis;

A.3.4.3 produção de vídeo-histórias de sucesso na inclusão escolar e laboral contadas por rapazes, raparigas e mulheres com deficiência, provenientes de Maputo, Beira e Pemba, também em línguas locais;

A.3.4.4 digitalização de conteúdos existentes, como por exemplo o manual para o estudo da língua dos sinais produzido pela Delegação da ASUMO da Província de Sofala.

Por quanto possível a produção de conteúdos valer-se-á de recursos humanos e competências locais e será realizada com o concurso de APcD e o IFPELAC, nas instalações dos CFP, recorrendo às figuras profissionais dos tradutores da língua dos sinais e Braille, do formador em TIC habilitantes, dos formadores em informática e o eventual apoio de animadores digitais.

Os formandos e os beneficiários do fundo serão convidados a participarem activamente na produção destes conteúdos: com acesso *wi-fi* gratuito a Internet e utilizando os tablet em dotação nos laboratórios de informática, os formandos e formandas poderão propor conteúdos e soluções digitais aos desafios do desenvolvimento económico local. Serão para este fim organizados pequenos concursos temáticos com prémios e aos vencedores serão atribuídos incentivos. Os GMS poderão ser envolvidos na definição dos temas destes concursos.

A.3.5 Criação e manutenção de Plataformas digitais para a gestão do conhecimento e a divulgação dos conteúdos informativos e formativos

Serão criados diversos tipos de Plataformas digitais para a gestão da iniciativa, o intercâmbio de informações e a publicação dos conteúdos produzidos pelo projecto, que utilizarão diversos canais de difusão.

- (1) Preservando a privacidade dos utentes, uma plataforma digital poderá ser criada para identificar os beneficiários das actividades de formação inclusiva e de apoio ao emprego, pô-los em rede e acompanhar a sua inserção social e laboral. Os utentes desta Plataforma serão os beneficiários, a Entidade executora e a AICS de Maputo, mas poderão existir páginas acessíveis aos membros dos GMS (A.1.3). Entre os conteúdos desta Plataforma para a monitoria participativa da iniciativa e a gestão do conhecimento poderão ser incluídos: legislação, políticas, resultados dos *baseline studies* e outros estudos e análises sobre a matéria de deficiência, acessibilidade e programação universal e os conteúdos dos cursos tornados acessíveis (A.3.2). A gestão desta Plataforma para a monitoria será progressivamente transferida para o IFPELAC;
- (2) Uma segunda plataforma digital poderá ser criada para a divulgação dos conteúdos acima mencionados. Concebida segundo os standards da programação universal, esta plataforma cuja gestão será progressivamente confiada ao Instituto Nacional para o Governo Electrónico deverá configurar-se como *website*-piloto de acesso universal.

A.3.6 Visitas de estudo a Itália e eventos de difusão dos resultados do projecto-piloto na África Austral e Europa por parte da Entidade executora em Moçambique

Analogamente à actividade A.2.3, estas actividades contribuem para o desenvolvimento das capacidades da contraparte institucional do projecto a nível central e local, incluindo os formadores dos Centros assim como para a visibilidade do projecto. Estão aqui inclusas visitas de monitoria e de estudo e a organização de e/ou participação em conferências e seminários para o intercâmbio de boas práticas e a difusão dos conteúdos do projecto a nível local, nacional, regional e na Europa.

5.6 Sistema de controlo de gestão e de monitoria

A Sede de Maputo prevê para a realização da intervenção o envolvimento de Organizações da Sociedade Civil (OSC) e de outros organismos sem fins de lucrativos inscritos no Elenco a que se refere o art. 26, ponto 3 da Lei 125/2014. Além do concurso está prevista uma atribuição financeira específica de 70.000€ como Fundo de Assistencia Tecnica para actividades de endereço, coordenação e supervisão e uma alocação de 40.000 € de competência da sede AICS de Maputo para actividades de acompanhamento, monitoria e gestão da iniciativa, entre as quais actividades de visibilidade e comunicação.

A componente adjudicada às OSC (890.000€) preve a constituição de um fundo rotativo de 100.000€ inicialmente gerido pela Entidade executora em coordenação com o IFPELAC que adjudicarão os financiamentos segundo criterios definidos em coordenação com a Sede de Maputo da AICS. Durante a execução da iniciativa deverão ser criadas as condições para uma transferência gradual das responsabilidades de gestão deste fundo rotativo ao IFPELAC.

Para consentir o controlo das actividades projectuais e manter um fluxo constante de informações com o financiador e com a administração do País parceiro deverá ser definido e posto em funcionamento um sistema de controlo de gestão que recolha as informações operacionais (sobre prazos, sobre custos) de modo a tê-las sob controlo e introduzir todas as medidas correctivas necessárias para permitir proceder de forma eficiente e manter informadas as autoridades do País e a Sede de Maputo da AICS sobre o andamento das actividades do projectuais.

Na ausência de mecanismos de recolha de dados e indicadores sobre as deficiência no âmbito dos quadros locais de monitoria das políticas públicas, a Agenda 2030 e a Convenção ONU serão tomadas como referência para a definição do quadro de monitoria da iniciativa.

Ligando-se por quanto possível a iniciativas nacionais de recolha dados a partir dos resultados preliminares do censo de 2017, a monitoria e a avaliação serão principalmente a dois níveis que se

nutrirão um do outro: a monitoria das actividades realizadas a nível central será garantida pelo grupo técnico de gestão do projecto composto pela AICS de Maputo, o IFPELAC e APcD (em particular FAMOD, ADEMO, ACAMO e ASUMO). As actividades de monitoria e de avaliação estratégica terão como quadro de referencia a Convenção ONU e a Agenda 20130 e serão atribuídas à Direcção da Sede AICS de Maputo e do IFPELAC Sede, tendo como principal objectivo o de avaliar o contributo da iniciativa para a definição e realização de programas inclusivos.

As propostas entregues deverão compreender um **plano de monitoria e avaliação (M&A) (Anexo A13)** que preveja indicadores de medida dos resultados esperados e dos objectivos (efeitos e impactos), realísticos e apropriados. Os indicadores devem ser mensuráveis relativamente a valores de referência (*baseline*) e extraídos de fontes primárias (inquéritos e *survey* no terreno realizados pelo proponente) e/ou secundárias (estudos e publicações relativos às zonas de intervenção e aos grupos target).

Não estando de momento disponíveis dados desagregados por sexo, idade e deficiência e tipo de deficiência que permitam definir com exactidão o número de beneficiários por cada tipo de actividade, este plano de monitoria poderá ser definido em detalhe somente após os estudos qualitativos realizados pela entidade executora em colaboração com as OSC nas áreas de utentes dos três CFP seleccionados. As propostas serão avaliadas com base na metodologia proposta e sua coerência com a estrutura da Convenção, as Linhas-Guia e a Agenda 2030.

5.7 Temáticas transversais

Género

O projecto considera a igualdade de género e o empoderamento das mulheres e raparigas como objectivo transversal. As propostas deverão portanto ter o cuidado de identificar as discriminações múltiplas a que estão expostas as raparigas e as mulheres com deficiência em Moçambique, assim como, propostas de solução que favoreçam o seu igual acesso, em particular, à formação profissional, ao emprego e às TIC.

Raparigas e mulheres têm o acesso à instrução mais dificultado em Moçambique, a todos os níveis, à formação, ao Emprego e às TIC, situação que se agrava dramaticamente no caso de raparigas e mulheres com deficiência. A paridade de níveis de instrução e formação profissional as raparigas e as mulheres com deficiência têm além disso, como na maior parte dos Países, acesso mais difícil a estágios profissionalizantes e a ocupações remuneradas. Os baixos níveis de escolarização, as escassas competências profissionais e as dificuldades físicas de acesso às infra-estruturas educativas e produtivas representam para as PcD, ainda mais tratando-se de raparigas e mulheres, barreiras quase inultrapassáveis para a autonomia e a real fruição dos direitos civis e políticos, sociais e económicos, em particular nas zonas rurais.

Desenvolvimento de competências digitais

Considerando as tecnologias e os serviços digitais como instrumentos capazes de acelerar o impacto transformativo dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, este projecto-piloto propõe-se sensibilizar os decisores, funcionários, formadores, as empresas e a sociedade civil sobre as temáticas da deficiência, mas também da formação, do Emprego e da digitalização numa lógica inclusiva.

Centrado sobre o papel transformativo das TIC para a inclusão social e económica, este projecto-piloto propõe uma abordagem inovadora seja nas modalidades de intervenção, seja nos instrumentos propostos com o fim de transferência de conhecimentos, competências e tecnologias no âmbito da educação e do Emprego. Serão formados formadores, técnicos e funcionários da administração central e local e promovido intercâmbio de boas práticas também a fim da constituição de parcerias estratégicas entre os principais actores italianos e locais, públicos e privados, interessados na adopção e difusão de práticas inclusivas e de tecnologias habilitantes para a didáctica e o emprego. Será apoiada a criação de Plataformas digitais e para a recolha e divulgação dos dados em várias línguas e em formatos acessíveis. Note-se a este propósito que os curricula das escolas públicas a todos os níveis não incluem referência explícita às competências digitais.

5.8 Responsabilidades executivas e relações com os stakeholder

Para chegar à definição de percursos coerentes e sustentáveis de inclusão deverá ser garantida a coordenação contínua entre a entidade executora e AICS de Maputo. Do mesmo modo deverá ser garantida a coordenação com as autoridades e os stakeholders locais aos diversos níveis territoriais e as responsabilidades de cada actor definidas de modo claro nas propostas.

A realização de acções de informação-formação, sensibilização, apoio ao desenvolvimento das capacidades institucionais, coordenação e promoção do diálogo multi-stakeholder sobre as temáticas das deficiência realizadas a nível central será responsabilidade conjunta da AICS e da Entidade executora, em coordenação constante com a contraparte institucional da iniciativa (IFPELAC), podendo-se valer da disponibilização por parte da AICS, de especialistas para actividades de assistência técnica.

Análogas acções realizadas a nível local, assim como as acções de acomodamento infra-estrutural, tecnológico e da oferta formativa nos três CFP e de apoio à inserção profissional de rapazes, raparigas e mulheres com deficiência, serão de responsabilidade da Entidade executora sob o controlo e a supervisão contínua da Sede AICS de Maputo, em coordenação constante com as Delegações provinciais do IFPELAC. As actividades realizadas a nível local prevêem ainda a coordenação contínua com outras instituições do Governo provincial e Governos municipais.

Todas as actividades deverão ser coordenadas com a Sede AICS que no âmbito da identificação do projecto iniciou um diálogo com as contrapartes institucionais e com as APcD a nível nacional e local, também para fins da definição da metodologia e dos instrumentos através dos quais serão realizadas as três pesquisas emancipatórias em Maputo, Beira e Pemba. A AICS de Maputo poderá facilitar os contactos entre a Entidade executora e as contrapartes institucionais e sociais aos vários níveis, tendo de momento a responsabilidade de coordenar os parceiros de cooperação para as áreas da Formação Técnica e Profissional e Ciência, Tecnologia e Inovação, ambos sob tutela do MCTESTP.

Em relação às TIC e à Agenda digital em Moçambique deve ser garantida a coordenação com o INAGE a nível central e com os Centros Provinciais para os Recursos Digitais nas Províncias de Sofala e Cabo Delgado. Na identificação dos participantes ao diálogo no seio dos GMS poder-se-á utilizar a estrutura de diálogo tripartida constituída pelo MITESS no âmbito da concertação com as partes sociais (Governo, empresas e sindicatos).

Os critérios de avaliação definidos neste Aviso premiam por isso as parcerias entre OSC inscritas no elenco da Lei 125/2014, para além de parcerias operativas com outros sujeitos como Universidade e entidades de investigação, OSC nacionais, agências e iniciativas internacionais, instituições públicas locais e o sector privado *profit* como sujeito executor. Prevê-se um critério de premiação para o envolvimento do sector privado na transferência activa de conhecimentos e competências (não só portanto como Entidade realizadora).

5.9 Condições externas e riscos

Existe o risco de não conseguir chegar ao grupo *target*, ligado principalmente às barreiras de acesso às estruturas escolares que as pessoas com deficiência encontram em Moçambique. Este risco será mitigado através (i) o Emprego de pesquisa qualitativa realizada com o concurso das APcD para identificar rapazes e raparigas e jovens (15 a 24 anos) com deficiência que nunca frequentaram a escola, (ii) o pagamento das taxas de inscrição para formandos e formandas indigentes com deficiência; (iii) a criação de um serviço de transporte para os alunos para as escolas, (iv) o acomodamento de infra-estruturas e oferta formativa e (v) o Emprego desenvolvido em colaboração com as APcD de divulgação sobre as oportunidades e sobre os resultados do projecto junto das famílias e as comunidades residentes.

5.10 Duração

O projecto deverá ter duração de 24 meses.

6. VALOR MÁXIMO DO PROJECTO

O valor máximo do financiamento AICS é de 890.000,00 € (oitocentos e noventa mil/00).

7. PRAZOS E MODALIDADES PARA APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS EXECUTIVAS

As propostas executivas em formato PDF original (PDF/A) deverão ser apresentadas pelos organismos proponentes na sede de Maputo da Agência o mais tardar, sob pena de exclusão, até às 16:00 horas (ora moçambicana) de 10/07/2018 através de correio electrónico certificado (CEC) e especificando em epígrafe

“SiglaentepropONENTE_IniziativaDISABILITA_AID_11460/Nome do Projecto_.....” ao seguinte endereço:

maputo@pec.aics.gov.it

Fará fé a data e a hora de recepção na caixa do correio CEC da AICS de Maputo.

N.B.: Qualquer pedido de esclarecimento pode ser dirigido ao mesmo endereço de correio electrónico certificado (CEC), dando ainda comunicação, com e-mail separado, a: inclusão@aicsmaputo.org

As respostas de interesse geral serão publicadas no *website* da Sede AICS de Maputo: www.aicsmaputo.org.

Cada Entidade executora poderá apresentar **só 1 (uma)** proposta executiva (só ou como mandatária responsável) ou mandante (co-executor) de uma ATS. As OSC da eventual ATS, seja mandatária que co-executoras, devem estar todas inscritas no elenco das organizações da sociedade civil e outros sujeitos sem fins lucrativos a que e refere o art. 26, ponto 3, da Lei 125/2014.

A Proposta deverá ser compilada segundo o **Anexo A1 “Modelo de Proposta executiva”** completada com Plano financeiro predisposto segundo o **Anexo A2 “Modelo de Plano financeiro”**. Tratando-se de uma participação circunscrita só a OSC inscritas no elenco e na posse de experiências técnicas e capacidades operativas no País e no sector de intervenção, não é exigida a apresentação de um *concept paper* mas é pedida directamente a apresentação da proposta executiva.

No prazo de 1 (um) dia útil do termo de apresentação das propostas projectuais será nomeada in loco uma Comissão especial de avaliação como se refere no sucessivo ponto 16.

8. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DOS PARTICIPANTES E DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

Podem participar no processo de selecção somente as OSC que, à data de publicação do aviso:

- a) Estejam inscritas nas na Lista;

- b) Não sejam devedoras das administrações públicas por dívidas acertadas, líquidas e cobráveis, incluindo dívidas decorrentes de medidas de revogação de contribuições para projectos promovidos e/ ou adjudicados e / ou de ajuda humanitária;
- c) Não estejam em processo de falência, ou sujeitas a procedimentos de falência ou liquidação, nos quais os bens activos são administrados por um liquidatário ou por um juiz, ou em que há um acordo com os credores, ou em que as actividades estejam suspensas, ou qualquer outra situação similar prevista pela legislação nacional;
- d) Estão em conformidade com o pagamento de impostos e contribuições previdenciais e assistenciais de acordo com a legislação nacional em vigor ou pela legislação em vigor no país em que o contrato é realizado;
- e) Em relação à qual não foi emitida sentença definitiva ou decisão administrativa definitiva por violações graves dos regulamentos ou normas éticas específicas do sector profissional da Entidade, ou por conduta ilegal que teve impacto na credibilidade profissional da Entidade, incluindo, em particular, as seguintes hipóteses:
 - I. por ter apresentado declaração falsa ou documentação falsa na execução de um contrato ou sobre critérios de elegibilidade e condições relevantes para a participação em procedimentos de selecção;
 - II. por ter celebrado acordos com a finalidade de distorcer a concorrência;
 - III. por violação dos direitos de propriedade intelectual;
 - IV. por ter tentado influenciar o processo de tomada de decisão da Autoridade adjudicante durante um processo de selecção;
 - V. por ter tentado obter informações confidenciais que poderiam potencialmente levar a vantagens indevidas durante um procedimento de selecção.
- f) Em relação à qual nenhuma sentença final foi emitida relativa a um das seguintes infracções:
 - I. fraude, nos termos do art. 1 da Convenção sobre protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias, referida na Lei do Conselho de 26 de Julho de 1995;
 - II. corrupção, nos termos do art. 3 da Convenção relativa à luta contra a corrupção dos funcionários das Comunidades Europeias ou dos funcionários dos Estados-Membros da União Europeia, referida no Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997, e no art. 2, ponto 1, da Decisão-Quadro 2003/568 / JHA do Conselho, de acordo com a legislação italiana vigente, ou com a legislação em vigor no país em que a Entidade tem a sua sede social ou no país em que o contrato é realizado;
 - III. participação numa organização criminosa, nos termos do art. 2, da Decisão-Quadro 2008/841 / JHA do Conselho;
 - IV. lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo, nos termos do art. 1 da Directiva 2005/60 / CE do Parlamento Europeu e do Conselho;
 - V. ofensas relacionadas ao terrorismo ou actividades terroristas, nos termos dos artigos 1 e 3 da Decisão-Quadro 2002/475 / JHA do Conselho, ou instigação, ou participação, ou auxílio, ou tentativa de cometer as infracções mencionadas, nos termos do art. 4 da Decisão-Quadro acima referida;

VI. Emprego infantil ou outras formas de tráfico de seres humanos nos termos do art. 2 da Directiva 2011/36 / UE do Parlamento Europeu e do Conselho.

- g) Não estejam em incumprimento com as obrigações de contratos financiados pela União Europeia ou por administrações públicas italianas, que tenham levado à conclusão antecipada do contrato ou à aplicação de sanções ou à liquidação de danos, ou que tenham surgido durante verificações, auditorias ou inspecções por funcionários autorizados pela União Europeia, pela OLAF ou pelo Tribunal de Contas ou pelas administrações públicas italianas.
- h) Em relação à qual não foi emitida sentença definitiva ou decisão administrativa definitiva por irregularidades nos termos do art. 1, ponto 2, do Regulamento (CE, Euratom) nº 2988/95 do Conselho.
- i) Não estão numa das situações referidas no Decreto Legislativo nº 159 de 2011 ("Anti máfia"), e modificações sucessivas, e apresentem a documentação necessária para obter o certificado anti máfia, emitido pelas autoridades italianas competentes.

Os participantes atestam possuir os acima mencionados critérios de elegibilidade através da declaração substitutiva **(Anexo A3a)** em conformidade com quanto previsto no Texto único das disposições legislativas e regulamentais em matéria de documentação administrativa, nos termos do D.P.R. nr. 445 de 28 de Dezembro de 2000.

9. REQUISITOS DE CAPACIDADE TÉCNICA EXIGIDOS

À Entidade executora, OSC singular ou OSC responsável do Consórcio é exigida experiência prévia no sector dos direitos das pessoas com deficiência. É-lhes ainda exigida experiência: na identificação e actuação de políticas públicas e programas inclusivos das pessoas com deficiência e/ou na criação e gestão de grupos de diálogo *multi-stakeholders* e/ou no/s sector/es da educação inclusiva e/ou da formação profissional e/ou dos serviços de orientação ao Emprego e/ou das políticas activas do Emprego para a inclusão de jovens e mulheres e/ou das TIC para a inclusão económica e social. Os requisitos de capacidade técnica também podem ser possuídos pelo parceiro no caso de um parceiro com quem exista um acordo (de natureza diferente como afiliação, associação, parceria) de carácter geral, pré-existente ao Aviso (e, portanto, não limitado a uma acção específica ou estabelecida apenas para efeitos de participação no concurso) e válida mesmo após a conclusão das actividades relacionadas com o Aviso.

Os requisitos de capacidade técnica deverão ser ilustrados na proposta executiva apresentada acompanhada por uma declaração substitutiva, assinada em conformidade com as disposições do D.P.R. nr. 445 de 28 de Dezembro de 2000 **(Anexo A3b)**.

10. CAPACIDADE DE OPERAR NO LOCAL

A Entidade executora, a OSC ou OSC responsável do Consórcio, e outras OSC co-executoras do Consórcio, devem demonstrar a capacidade de operar no país onde tem lugar a intervenção com documentação específica (registo da OSC junto autoridades competentes de Moçambique, ou

documentação relativa a projectos recentemente concluídos ou em curso que comprovem a aprovação e aceitação por parte das autoridades locais nacionais ou periféricas e a capacidade da OSC de administrar recursos humanos e recursos financeiros nos países de intervenção). Os requisitos de capacidade operacional no local podem, alternativamente, ser possuídos pelo parceiro internacional ou nacional com quem a Entidade executora tenha celebrado um Acordo (de várias naturezas como afiliação, associação, parceria) de carácter geral, pré existente ao aviso (e não limitado, portanto, a uma acção específica ou estabelecida só para fins de participação no Aviso) e válida mesmo após a conclusão das actividades relacionadas com o Aviso.

11. PARCERIAS

A Entidade executora pode estipular acordos de parceria para a realização de uma parte das actividades objecto da iniciativa com:

- a) OSC pertencentes a um país membro da OCDE ou incluídas na lista OCDE-DAC de países ODA *Recipients*;
- b) Instituições públicas pertencentes a um país membro da OCDE ou incluídas na lista OCDE-DAC de países ODA *Recipients*;
- c) Organismos internacionais.

O parceiro escolhido deve ser claramente identificado na proposta e o acordo assinado com o parceiro deve ser anexado à própria proposta. As OSC internacionais ou nacionais sem sede operacional na Itália seleccionadas como parceiros devem ser capazes de operar em Moçambique de acordo com as normas locais.

A Entidade executora é responsável pela execução correcta das actividades objecto do acordo de parceria perante a sede da AICS competente. É excluída qualquer relação, mesmo que indirecta, entre o MAECI-AICS e as partes contratantes, que não sejam a Entidade executora ou Co-executoras, que assumem totalmente a responsabilidade pela escolha do parceiro.

O Acordo entre a Entidade executora e o parceiro pode ser:

- a) de natureza diversa como afiliação, associação, parceria, de carácter geral, pré-existente ao Aviso (e, portanto, não se limita a uma acção específica ou estabelecida unicamente para efeitos de participação no Aviso) e válido mesmo após a conclusão das actividades relacionadas com o Aviso;
- b) de parceria, estabelecida apenas para participar no Aviso e específica para a implementação da iniciativa ou de parte da mesma objecto do presente aviso.

Com excepção das situações citadas no ponto **a)** e, portanto, nos artigos anteriores 9 e 10, aos sujeitos parceiros referidos na alínea **b)** não podem ser adjudicadas actividades cuja dimensão financeira não exceda 25% do valor total do projecto adjudicado.

12. DOCUMENTAÇÃO A APRESENTAR COM A PROPOSTA EXECUTIVA

A documentação projectual deverá fornecer todas as informações necessárias para consentir uma correcta avaliação final. Deverá compreender:

- A proposta do projecto incluindo o Plano financeiro, os Termos de Referência (TdR) para o pessoal de gestão do projecto²
- Os dados identificativos do decreto de inscrição da Entidade executora e dos eventuais co-executores na Lista das Organizações da sociedade civil e outros sujeitos sem fins lucrativos do art. 26, ponto 3 da Lei 125/2014;
- Os MdE subscritos com parceiros eventuais;
- Em caso de projecto conjunto apresentado por dois ou mais OSC idóneas: Acordo institutivo de Associação Temporária antes da estipula do contrato; ou Carta de empenho, assinada pelos representantes legais das OSC que apresentam o projecto conjunto, a constituir a Associação Temporária antes da estipula do contrato.
- Declaração substitutiva de certificação da posse dos requisitos de elegibilidade (Art. 8);
- Declaração substitutiva de certificação da posse dos requisitos de capacidade técnica (Art. 9);
- Documentação que ateste a capacidade de operar in loco (Art. 10).

13. CAUSAS DE EXCLUSÃO

São a causa da exclusão das propostas:

- a) Incumprimento das modalidades ou dos prazos previstos para apresentação das propostas;
- b) A falta de critérios de elegibilidade;
- c) A falta dos requisitos de capacidade técnica;
- d) A falta de demonstração da capacidade de operar in loco;
- e) A apresentação de mais de uma proposta pelo mesmo sujeito (também como mandatário ou mandante de um Consórcio) para um mesmo projecto;
- f) A falta da assinatura numa das declarações exigidas, como previsto das disposições do D.P.R. n. 445.de 28 de Dezembro de 2000.

14. MODALIDADE DE PEDIDO DE INFORMAÇÕES E DE ESCLARECIMENTOS

Qualquer pedido de esclarecimento poderá ser enviado ao seguinte endereço de correio electrónico certificado (CEC):

² Os TdR deverão ser estritamente pertinentes ao Projecto e conter uma descrição pontual e exaustiva das funções previstas para a figura profissional expatriada ou local em questão. Os TdR não são requeridos para figuras profissionais com funções meramente executivas, como por exemplo o pessoal de secretaria. Indicações concernentes: (i) o certificado de habilitações académicas requerido e os anos que passaram desde a obtenção do mesmo; (ii) outros eventuais certificados de especialização; (iii) grau de conhecimento da/das línguas estrangeiras; (iv) grau de experiência no sector de competência profissional; (v) grau de experiência em intervenções de cooperação, em particular nos sectores de igualdade de género em Países em desenvolvimento ou noutros Países potencialmente beneficiários de tais intervenções. Os CV devem ser enviados antes da assinatura do acto de encargo. A entrega dos CV é necessária a fim de avaliar a correspondência das qualificações e das experiências profissionais do pessoal para a gestão do projecto, seja local que expatriado com as indicações mencionadas nos Termos de Referência. A Sede AICS reserva-se o direito de não aceitar os CV que não correspondam a quanto especificado nos TdR.

maputo@pec.aics.gov.it

confirmando o envio do mesmo, num mail separado, ao endereço seguinte: **inclusione@aicsmaputo.org** As respostas de interesse geral serão publicadas no *website* da Sede em Maputo: <http://www.aicsmaputo.org/bandi/>

15. TUTELA DA PRIVACIDADE

Com as disposições e para os efeitos do art. 13 do Decreto legislativo nº 196 de 30 de Junho de 2003, “Código em Matéria de Protecção dos dados pessoais”, os dados pessoais recolhidos e os dados fornecidos pelo proponente serão tratados, também com sistemas informáticos, exclusivamente no âmbito do procedimento para o qual as declarações serão fornecidas.

Os dados pessoais fornecidos à Administração serão assim tratados exclusivamente para os fins do presente Aviso público e para escopos institucionais.

O tratamento dos dados em questão é pressuposto indispensável para a participação no presente aviso e para todas as consequentes actividades.

Os dados pessoais serão tratados pela AICS para os fins acima mencionados de maneira lícita e de acordo com exactidão também com o auxílio de meios electrónicos e automatizados.

Os dados pessoais podem ser comunicados a Sujeitos terceiros para os fins acima mencionados, que os gerirão como responsáveis do tratamento, exclusivamente para as mesmas finalidades.

16. SELECÇÃO, CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS

O procedimento de selecção visa identificar um sujeito executor idóneo para realizar o projecto descrito no presente Aviso.

O procedimento de selecção inclui uma fase de verificações administrativas e uma avaliação das propostas. As avaliações administrativas têm que ver com a totalidade e a exactidão da documentação apresentada e o cumprimento dos critérios de elegibilidade estabelecidos no aviso. A avaliação das propostas consiste: a) exame comparativo das características dos proponentes (competência, experiência adquirida na implementação de projectos similares, recursos humanos dedicados ao projecto); b) das propostas de projecto, em termos de apropriada correspondência com as actividades identificadas, modalidades de actuação, de inovação e de soluções técnicas e operativas propostas; de coerência e validade do cronograma, da metodologias sugeridas, em conformidade com a efectiva mensurabilidade dos produtos e dos resultados; dos indicadores seleccionados e das fontes para a recolha dos dados; da base da iniciativa, da qualidade do programa de monitoria proposto e dos recursos dedicados; da capacidade de intervenção no que diz respeito à sustentabilidade, da estratégia de saída proposta, sobre as parcerias activadas, sobre a adequação dos recursos técnicos, humanos e financeiros alocados para a implementação de cada actividade do projecto, de acordo com a grelha de avaliação anexada ao presente aviso (**Anexo A4**)³.

³ É estabelecido o limiar de 60 pontos sobre um total máximo de 100, como pontuação mínima a obter para a decisão, por parte da AICS de Maputo, de adjudicação do Projecto.

Os conteúdos técnicos ilustrados no ponto 5 deste aviso (resultados esperados, actividades e metas identificadas) foram ilustrados de modo a fornecer as indicações necessárias para enquadrar e formular as propostas por parte dos sujeitos interessados. No entanto, esses sujeitos serão livres de propor outras actividades ou soluções operacionais relacionadas e consistentes com o quadro projectual ilustrado, dentro do valor máximo admissível (890.000,00€) que não pode ser excedido.

A duração total da selecção, ou seja, o período entre o prazo para a apresentação das propostas e a aprovação final dos projectos não pode durar mais de **180 (cento e oitenta) dias**.

As propostas executivas apresentadas após a publicação do Aviso são avaliadas por uma Comissão interna nomeada pelo Director da AICS de Maputo.

A Comissão de avaliação é constituída por um Presidente e um Secretário – sem direito a voto – e um número ímpar de membros com direito ao voto.

O Secretário efectua a auditoria administrativa dos critérios de elegibilidade dos participantes e das propostas, com base nos requisitos estabelecidos no aviso, e transmite para aprovação à Comissão a lista das propostas admitidas à avaliação e motivações das eventuais exclusões. A Comissão, adquirida a documentação, valida os resultados das auditorias administrativas. A tal fim, pode reservar-se o direito de solicitar integrações à OSC para decidir em relação à admissibilidade da proposta,

(...) A Comissão pode reservar-se o direito de solicitar integrações e/ou rectificações da documentação enviada pelos proponentes, em cada fase do processo, registando os motivos da tal decisão.

As propostas serão avaliadas e classificadas, eventualmente também através verificações no terreno, atribuindo-lhes uma pontuação total calculada somando os pontos atribuídos a cada parâmetro de avaliação de acordo com a grelha anexada (**Anexo A4**). A Comissão avaliará e classificará as propostas **no prazo de 25 (vinte e cinco) dias úteis** a partir da data do decreto de nomeação.

Os conteúdos das propostas executivas que obtiveram a pontuação mais elevada por cada projecto serão submetido pela Sede AICS de Maputo à atenção e validação da autoridade nacional requerente do programa (IFPELAC). Esta validação é condição necessária para prosseguir com a aprovação final da proposta seleccionada.

17. CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Após os resultados dos Empregos da Comissão, o titular da Sede AICS de Maputo adopta uma Deliberação de adjudicação da iniciativa a comunica-a à Entidade executora. A tal comunicação inclui, entre outros, as indicações para apresentação da documentação necessária para a celebração do Contrato. O resultado da selecção será publicado no *website* da sede AICS de Maputo.

O Contrato é o acordo entre a Sede AICS de Maputo e a Entidade executora que regula as modalidades de execução da iniciativa (início da actividades, variantes, etc.), os pagamentos, os relatórios e as outras condições, descritas em detalhe no Manual de gestão e contabilidade (**Anexo 10**). A assinatura do Contrato representa o prazo inicial do qual decorre a elegibilidade das despesas. Não serão reembolsadas a despesas efectuadas antes da assinatura do contrato. O modelo de contrato vem anexado ao presente Aviso (**Anexo A7**).

Antes da celebração do contrato, a AICS de Maputo poderá solicitar à Entidade executora de corrigir o plano financeiro de eventuais erros materiais ou custos não admissíveis e/ou de efectuar alterações indispensáveis mas de leve entidade e modo a não alterar a proposta, com base nas actas da Comissão, ou de exigências ligadas ao período de tempo passado entre a apresentação e a aprovação. As

modificações não poderão, em todo o caso, alterar o custo total nem o plano global da iniciativa, no respeito dos princípios de igualdade de tratamento.

A seguir à comunicação da Deliberação de adjudicação, a Entidade executora seleccionada deverá enviar, à Sede AICS de Maputo, a documentação necessária para a celebração do contrato indicada no ponto 18 a seguir.

18. DOCUMENTAÇÃO A APRESENTAR ANTES DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Dentro de 30 dias úteis a contar da comunicação da Deliberação de adjudicação, de acordo com o ponto 17 anterior, os operadores seleccionados devem apresentar a seguinte documentação comprovativa:

- As apólices de seguro-fiança (**Anexo A6**);
- Documentação (contratos e acordos com autoridades, instituições nacionais/loais, organismos internacionais ou outros doadores bilaterais) que ateste a experiência precedente num ou em mais sectores indicados no presente aviso;
- Documentação (registo ou outros documentos que comprovem a capacidade operacional in loco de acordo com o ponto 10 anterior;
- No caso de projectos de valor superior a 150.000,00 (cento cinquenta mil/00) €: documentação necessária para a emissão de Certificação anti máfia. Para projectos apresentados conjuntamente por mais do que um sujeito, cada um deles fazendo parte da Associação, deverá apresentar a documentação anti máfia;
- CV e declaração de exclusividade do pessoal de gestão do projecto. Será responsabilidade da Entidade executora adquirir e exhibir as necessárias autorizações de Emprego do pessoal que tenciona empregar no projecto;
- Eventual documentação de apoio da autodeclaração fornecida por ocasião da apresentação da proposta, comprovativa da ausência de uma das causas de exclusão previstas;
- Número da conta bancária in loco ou na Itália dedicada de forma não exclusiva a contratos públicos, que visa facilitar a rastreabilidade das transferências;
- Delegação de assinatura e autorização a operar na conta bancária in loco do projecto a favor do Chefe de Projecto ou de outra pessoa responsável designada;
- Indicação do revisor legal financeiro escolhido entre os que resultam inscritos, há pelo menos três anos, no registo de acordo com o Decreto Legislativo nr. 39 de 27 de Janeiro de 2010, ou seja em conformidade com o anterior Decreto Legislativo nr. 88 de 27 de Janeiro 1992;
- No caso em que exista mais que um co-executores, documentação que ateste a constituição de um Consórcio.

19. REALIZAÇÃO DA INICIATIVA

A Entidade executora pode realizar a iniciativa juntamente com parceiros e/ou sujeitos terceiros encarregados de realizar actividades nos limites especificados no anterior ponto 11. No caso em que a realização seja entregue aos parceiros, é necessário disciplinar as modalidades de colaboração no

respectivo acordo. Caso a realização seja entregue a sujeitos terceiros, a Entidade executora para a aquisição de obras, bens ou serviços deverá utilizar procedimentos comparativos públicos no que diz respeito à normativa vigente recorrendo, de preferência e quando for possível, a pessoal e materiais locais. Os mesmos procedimentos devem ser utilizadas também pelos parceiros.

O contributo será pago em prestações em número igual às anualidades de duração do projecto.

O adiantamento, se pedido, é pago a seguir à apresentação de garantia de valor igual a 30% do montante antecipado, de acordo e em conformidade com o art. 26, ponto 4 da Lei n. 125/2014, dentro do prazo indicado no aviso, compativelmente com as modalidades operacionais Sucessivas à garantia (alínea d, Art. 20).

A garantia deve operar segundo às seguintes modalidades:

- a) O valor deverá ser igual a 30% do montante do contributo pago como adiantamento, de acordo e em conformidade com o art. 26, ponto 4 da Lei n. 125/2014;
- b) A duração deve ser de modo a cobrir o tempo necessário para que a AICS aprove o relatório descritivo e contabilístico final. A garantia deverá ser desvinculada somente a seguir a uma comunicação formal pela AICS;
- c) No caso de extensões e/ou prorrogações da duração da iniciativa e/ou atraso na apresentação do relatório final, que necessitem de uma aprovação preventiva pela AICS, a Entidade executora está obrigada a prorrogar a garantia;
- d) No caso de parcelas com valores diferentes, o total da garantia pode ser adequado de cada vez a 30% da correspondente parcela de contributo paga antecipadamente, após dedução de eventuais resíduos e despesas inadmissíveis detraídas pela Sede AICS de Maputo. Neste caso a Entidade pagante, recebida a comunicação de aprovação do relatório anual que contem a parcela a ser paga, deverá ajustar a garantia de acordo com o mesmo valor e comunicar imediatamente à AICS⁴. A Sede estrangeira da AICS procederá à liquidação da parcela.

A garantia pode ser bancária ou de seguro e deverá ser emitida em Itália por Institutos autorizados de acordo com o artigo 35, ponto 18, terceiro e quarto período do código dos contratos públicos, em conformidade com o Decreto Legislativo n. 50 de 18 de Abril 2016 e em exercício há pelo menos três anos. A apólice de seguro-fiança, à escolha da Entidade executora, deve prever a renúncia expressa ao benefício da excussão prévia do devedor principal, a renúncia à excepção de acordo com o artigo 1957, ponto 2, do Código Civil, juntamente à exequibilidade da mesma garantia dentro do prazo de quinze dias, com simples pedido apresentado pela AICS.

As prestações a seguir à primeira, tanto no caso de pagamento de adiantamentos como os relativos aos estados de avançamento, **serão pagas após a aprovação dos relatórios descritivos e contabilísticos e do relatório da auditoria, líquidos das despesas eventuais não admissíveis e dos eventuais resíduos.**

No caso de pagamento pelos avançamentos realizados na execução, todas as prestações serão pagas depois da aprovação dos relatórios descritivos e contabilísticos.

⁴ As apólices de seguro-fiança devem chegar à Sede AICS de Maputo em original e ser produzidas de acordo com os modelos anexados (**Anexo A6**).

Os relatórios descritivos e contabilísticos anuais devem ser acompanhados por um **relatório elaborado por um revisor legal de contas** escolhido entre aqueles que resultam inscritos há pelo menos três anos no registo de acordo com o D. Legislativo n. 39 de 27 de Janeiro de 2010, ou seja de acordo com o anterior D. Legislativo n. 88 de 27 de Janeiro de 1992. O relatório de revisão contabilística dos projectos deverá certificar a conformidade dos processos de aquisição de materiais, de serviços e obras em relação à legislação vigente (Código dos Contractos Públicos, D. Leg. N. 50 de 18 de Abril de 2016 e do Manual de Gestão e prestação das contas (**Anexo A10**), de acordo com os processos italianos de revisão das contas e finanças e com o plano financeiro aprovado, destacando eventuais despesas inadmissíveis e qualquer outro elemento útil para a avaliação pela AICS de Maputo na correspondência do resultado contabilístico da iniciativa, com aquele de gestão das actividades das contas.

A garantia é desvinculada aquando da conclusão da iniciativa, com prévia aprovação do relatório final. A Sede AICS de Maputo pode proceder à **excussão da garantia em presença de irregularidades graves** na execução da iniciativa, incluindo os casos de persistentes e injustificados atrasos na apresentação dos relatórios anuais e/ou finais, juntamente com o caso de **devolução de valores de despesas consideradas inadmissíveis**, sobretudo depois do pagamento da terceira prestação do financiamento.

A Entidade executora seleccionada deverá apresentar na Sede AICS de Maputo:

- relatórios trimestrais sintéticos técnicos relativamente ao avançamento das actividades, ao longo de toda a duração do projecto;
- relatórios semestrais técnicos descritivos relativamente ao avançamento das actividades, ao longo de toda a duração do projecto;
- relatórios técnicos e contabilísticos descritivos no final de cada ano;
- relatório final técnico e contabilístico descritivo.

Os relatórios descritivos e contabilísticos anuais devem ser acompanhados por um relatório elaborada por **um revisor legal de contas** escolhido entre aqueles que resultam inscritos há pelo menos três anos no registo de acordo com o D. Legislativo n. 39 de 27 de Janeiro de 2010, ou seja de acordo com o anterior D. Legislativo n. 88 de 27 de Janeiro de 1992. O relatório de revisão contabilística dos projectos deverá certificar a conformidade dos processos de aquisição de materiais, de serviços e obras em respeito a que diz a legislação vigente (Código dos Contractos Públicos, D. Leg. N. 50 de 18 de Abril de 2016 e do Manual de Gestão e de prestação) de contas (**Anexo A10**), de acordo com os processos italianos de revisão das contas e finanças.

Os relatórios deverão ser redigidos em língua italiana de acordo com o formato standard (Anexo A9 para os modelos descritivos intercalares, anuais e finais e Anexo A12 para a apresentação do Plano Operativo). Os relatórios deverão consentir uma clara comparação dos progressos realizados em relação aos resultados esperados do projecto aprovado, descrevendo detalhadamente como as actividades previamente delineadas tenham sido efectivamente desenvolvidas no terreno.

As prestações a seguir à primeira, tanto no caso do pagamento de adiantamentos que do estado avançado, **serão pagas depois da aprovação dos relatórios descritivos e contabilísticos e do relatório da auditoria, líquidos das despesas eventuais não admissíveis e dos eventuais resíduos.**

O tempo necessário para a realização do projecto está definido detalhadamente no Manual de contas e gestão (**Anexo A10**).

20. ELIGIBILIDADE DAS DESPESAS

São admitidas as despesas que sejam:

- a) pertinentes e imputáveis às actividades do projecto;
- b) referentes ao **período temporal** entre a assinatura do contrato e a conclusão do projecto e pagos no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento das actividades;
- c) univocamente **reconduzíveis às actividades do projecto**;
- d) previstas no **plano financeiro** vigente;
- e) contidas **nos limites** estabelecidos pelo contrato assinado para a execução do projecto e anexos relacionados;
- f) **côngruas** em relação aos parâmetros normais de referência do sector e do contexto local / geográfico;
- g) **efectivamente realizadas**, ou seja justificadas com facturas, recibos ou documentos contabilísticos com força probatória equivalente⁵, dos quais é possível verificar o pagamento total e registo nos livros de contabilidade, quando previsto por lei;
- h) **contabilizadas**, ou seja incluídas num sistema contabilístico e haja registos contabilísticos em conformidade com as disposições normativas, os princípios contabilísticos e com eventuais ulteriores específicas prescrições em matéria segundo a normativa vigente;
- i) rastreáveis em conformidade com a normativa vigente e das derrogações previstas;
- j) conformes às disposições comunitárias e nacionais, tendo em conta a normativa local.

Os **custos administrativos** ou despesas gerais (Capítulo E do Plano Financeiro no Anexo 2) admissíveis são as despesas efectuadas pela sede nacional da Entidade executora, após a celebração do

⁵ Com “documentos contabilísticos com força probatória equivalente” entende-se cada documento comprovante que a escritura contabilística reflecte fielmente a realidade, em conformidade com a normativa vigente em matéria fiscal e de contabilidade. No caso que seja impossível adquirir um documento fiscal válido, a Entidade executora pode apresentar para reembolso documentos justificativos autoredigidos na condição que comprovem a rastreabilidade da despesa efectiva. Tal documento tem que ser acompanhado por um relatório que descreva a impossibilidade de adquirir um documento válido justificativo de despesa, com base na normativa vigente ou no contexto socioeconómico do país beneficiário. Também no caso em que o fornecedor não tenha os meios ou as capacidades para passar um recibo, por prestações ou bens cedidos, a Entidade executora poderá, em casos especiais, ser portadora de um livro de recibos com dados sintéticos para redigir e assistir o fornecedor quando for necessário a preencher o recibo. O recibo tem que trazer os dados necessários com cabeçalho do fornecedor à atenção da Entidade executora, *cfr.* art. 8 do DM 03/03/1990, n. 362, em combinação do disposto com o art. 1 do D.I. 1002/2500 de 15 de Dezembro 2015. (Regulamentação de contabilidade da AICS).

contrato para a gestão do projecto, incluindo as despesas correntes. O ónus financeiro relativo aos custos administrativos (Despesas gerais – Capítulo E) não devem exceder **10% (dez por cento)** dos custos totais efectivamente efectuados pelo projecto (de acordo com o Plano Financeiro $A + B + C = S / \text{Total D}$) e aprovado por ocasião da prestação de contas.

O ónus financeiro total das despesas de funcionamento (Capítulo B) e das despesas gerais ou custos administrativos (Capítulo E) não podem exceder **28% do total** dos custos efectivamente suportados pelo projecto e aprovados por ocasião da apresentação de contas.

As despesas elegíveis são **líquidas de IVA** (ou imposto equivalente em vigor no País beneficiário) se a Entidade executora estiver isenta ou tiver direito a reembolso. Nos casos em que o IVA (ou o imposto em vigor no exterior) não seja recuperável, deve ser incluído na indicação das despesas incorridas e nos relatórios. Neste último caso, é necessário apresentar documentação justificativa de suporte, também sob a forma de declaração substitutiva de escritura notarial, incluindo as informações necessárias.

Algumas despesas (por exemplo, táxi usados no país beneficiário por razões de serviço, estacionamento de veículos do projecto, despesas alimentares e refeições) são admissíveis unicamente quando se referem estritamente a actividades efectuadas no âmbito dos objectivos do projecto; tais despesas não são de forma alguma quando efectuadas em Itália.

A remuneração do **auditor** de acordo com a legislação italiana pode atingir um montante igual a um **máximo de 2% do custo total da iniciativa**.

São também admissíveis as despesas do auditor local, de acordo com a normativa local.

Custos não admissíveis, a título de exemplo e não exaustivo⁶:

- a) despesas de compra de bens ou veículos **fora do país beneficiário**, com exclusão daqueles para os quais tenha sido demonstrada e fundamentada a impossibilidade de comprá-los in loco com qualidade igual e preços competitivos;
- b) compra de **equipamentos estritamente pessoais** que não sejam transferidos, no final do projecto, para os atores locais envolvidos;
- c) custos de **táxi em Itália**;
- d) juros decorrentes de danos emergentes ou perda de lucros causados pela Entidade executora a terceiros; **multas** (mesmo que relacionadas com os veículos do projecto), sanções pecuniárias, penalidades e despesas com litígios judiciais;
- e) **IVA** ou outros impostos equivalentes, se **reembolsáveis**;
- f) **despesas de representação** e despesas de carácter pessoal efectuadas em Itália ou no País beneficiário pelos operadores do projecto (por exemplo: lavandaria, géneros de conforto relativos à estadia no país beneficiário, etc.);
- g) despesas relacionadas a **categorias não orçamentadas no plano financeiro aprovado e / ou não consistentes com o projecto**;

⁶ Ulteriores eventuais capítulos de despesas inadmissíveis referem-se a: a) bens de luxo (ex. Perfumes, cosméticos, obras de arte, bebidas alcoólicas, artigos de desporto, etc.); b) bens, serviços e obras civis directamente ou indirectamente ligadas a actividades militares e de polícia c) amortização de dívidas precedentemente contraídas e perdas futuras do beneficiário ou dos utilizadores finais; d) juros devidos a terceiros por parte da Entidade executora.

- h) despesas efectuadas **fora do prazo** previsto pelo Contrato para a execução da iniciativa, além dos 90 (noventa) dias previstos para a realização dos pagamentos;
- i) despesas **não suportadas por documentação em conformidade com os regulamentos fiscais**;
- j) despesas cujo pagamento tenha sido feito em **dinheiro vivo**, com excepção dos casos expressamente permitidos pela legislação vigente e legislação local, à luz do contexto de referência e na presença de uma declaração motivada pela Entidade executora.

As despesas efectuadas para as **garantias**, quando antecedentes à celebração do contrato, são por conta da Entidade executora.

Em caso de conta bancária remunerada dedicada ao projecto, os **juros activos** maturados na conta serão deduzidos do saldo final.

A Comissão de avaliação efectuará o controlo das despesas admissíveis respeitando os máximos indicados no **Anexo A10**.

21. APRESENTAÇÃO DAS DESPESAS

Todas as despesas efectuadas em moedas diferentes do Euro deverão ser apresentadas em Euros com a taxa de câmbio médio mensal UIC ou InforEuro do mês em que foram efectuadas, publicado no site oficial do Banca Central Italiana:

<http://cambi.bancaditalia.it/cambi/cambi.do?lingua=it&to=cambiMedieMForm>, ou no sito InforEuro:

http://ec.europa.eu/budget/contracts_grants/info_contracts/inforeuro/index_en.cfm

Os documentos justificativos de despesas deverão ter as características seguintes:

- a) ser em nome da Entidade executora que realiza o projecto, ou de um membro do Consórcio, à contraparte local ou ao parceiro desde que sejam claramente identificados na proposta do projecto;
- b) ter data posterior à assinatura do contrato;
- c) conter o código do projecto. Os recibos das despesas realizadas com contributos de Entidades diferentes da AICS deverão indicar, mesmo em anexo o descritivo “factura em conta da quota []% da iniciativa Código projecto ...” financiada por [nome da entidade];
- d) ser registados na contabilidade geral da Entidade executora e constante nos planos financeiros.

Os projectos deverão ser obrigatoriamente submetidos a revisão contabilística e financeira, no fim de cada exercício anual, que ateste, após exame completo da documentação justificativa, a fiabilidade e a correspondência com o plano financeiro aprovado. Essa deve ser elaborada por revisor de contas legal escolhido entre os que estão inscritos há pelo menos três anos no registo a que se refere o Decreto Legislativo nº 39 de 27 de Janeiro de 2010, ou no que diz respeito ao pré-vigente Decreto Legislativo nº 88 de 27 Janeiro de 1992. O relatório de revisão contabilística e dos projectos deverá certificar a conformidade dos procedimentos de aquisição de fornecimentos, serviços e obras em relação à legislação vigente (Código italiano dos Contratos públicos D.leg. 50/2016) com base nas modalidades

descritas no Manual de gestão e prestação de contas (Anexo A10) e nos procedimentos italianos de revisão contabilística e financeira.

22. DISPOSIÇÕES FINAIS

Para quanto não expressamente previsto pelo presente Aviso, aplicam-se as “Condições e modalidades para a adjudicação de iniciativas de Cooperação para o Desenvolvimento a organizações da sociedade civil e outros sujeitos sem fins lucrativos inscritos no elenco a que se refere o art. 26, ponto 3, da Lei 125/2014”, aprovada pelo Comité Conjunto para a Cooperação para o Desenvolvimento com Deliberação nº 50 de 5 de Fevereiro de 2018, e os princípios derivantes das pertinentes normas vigentes.

A Sede AICS reserva-se a faculdade de anular ou revogar o presente concurso em caso de falta de disponibilidade de fundos para o financiamento da iniciativa.